

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Tânia Regina Zanateli

Expressões de identidade, historicidade e sexualidade na clínica sócio-histórica: um
estudo de caso

Mestrado em Psicologia Clínica

São Paulo
2021

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Tânia Regina Zanateli

Expressões de identidade, historicidade e sexualidade na clínica sócio-histórica: um estudo de caso

Mestrado em Psicologia Clínica

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob a orientação da Profa. Dra. Edna Maria Severino Peters Kahhale.

São Paulo
2021

Banca Examinadora

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPq) pela concessão da bolsa que me permitiu avançar em minha pesquisa e terminar esta fase significativa da minha vida e da ciência.

*[...] o outro
que há em mim
é você
você
e você
assim como
eu estou em você
eu estou nele
em nós
e só quando
estamos em nós
estamos em paz
mesmo que estejamos a sós*

Paulo Leminski - Contranarciso (2013)

AGRADECIMENTOS

Na realização da presente dissertação, contei com o apoio direto e indireto de muitas pessoas e instituições às quais sou profundamente grata. Correndo o risco de injustamente não mencionar algum dos contributos, quero deixar expressos os meus agradecimentos.

Este trabalho não seria possível sem os clientes que foram atendidos e que possibilitaram a proposta terapêutica, conhecimento e aperfeiçoamento prático. Obrigada pelo trabalho que juntos construímos.

Minha gratidão especial à Profa. Dra. Edna Maria Severino Peters Kahhale, minha orientadora e, sobretudo, uma querida amiga. Sou grata pelos momentos de interação com muito bom papo na hora do almoço e do café. Não posso deixar de explicitar minha admiração por sua dedicação e ajuda ao me orientar. Tenho enorme gratidão em ter acreditado e depositado sua confiança em mim ao longo destes anos. Sem sua orientação, amizade, apoio e confiança, este trabalho não seria possível.

Ao meu esposo Laércio, que me apoiou em todos os momentos, com muito incentivo e sempre acreditando em mim. Ao amor da minha vida, meu filho Samuel, que sempre me dirigiu com palavras de conforto, não esqueço da sua emoção e felicidade quando fiz minha matrícula. Sua importância nessa trajetória foi e é muito grande. Obrigada pelo estímulo nos momentos mais difíceis, pelo esforço que fizeram para que eu superasse cada obstáculo que me fez chegar até aqui e, principalmente, pelo amor que expressam por mim.

Não posso deixar de mencionar toda a minha família, principalmente minha mãe que sempre me deu apoio e suporte, aos meus irmãos Eduardo, Débora, Diego e Diogo. Expresso minha gratidão às amigas do mestrado que agora são para a vida: Cléa, amiga sincera, justa e companheira que vou carregar para sempre, mesmo distante, é sempre presente, com quem compartilhei tantas preocupações e aflições, como também as conquistas e as alegrias, amiga para a vida; Allyne, ser iluminado e do bem, com quem compartilhei momentos importantes de alegrias e também tristezas; Bianca, linda e sensível, mas uma forte mulher, com quem compartilhei momentos que nunca irei esquecer; Patrícia, a quem tenho muito a agradecer pelas trocas e parceria nesses anos; Jefferson, que faz da prática de ensinar um momento prazeroso e cativante, sua contribuição foi muito importante para esta caminhada e em especial a sua amizade, que vai me acompanhar para sempre. Há dois novos amigos, mas já são para a vida, Marcelo e Bia fizeram e ainda fazem parte de todo este processo; sem o apoio deles, tudo seria mais difícil. Não posso deixar de mencionar duas amigas que são muito importantes em minha vida pessoal e profissional, Simone e Mônica,

sou imensamente grata por todo o apoio e palavras de incentivo que me dirigiram, não somente para este trabalho, mas em todas as ocasiões da minha vida.

Com cada um, em sua singularidade, dividimos conhecimentos, dúvidas, alegrias e angústias. Doaram seus ouvidos e ombros em vários momentos e situações, pois sem vocês, todo o processo seria psicologicamente impossível. Vocês enriqueceram minha caminhada e deixaram marcas significativas na minha trajetória enquanto pessoa. Obrigada pela luz irradiada por cada um de vocês!

RESUMO

O presente trabalho está inserido nas atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade (LESSEX), especificamente o trabalho clínico sob a perspectiva crítica da Psicologia Sócio-histórica (PSH). O objetivo deste estudo é explicitar, a partir de um processo psicoterapêutico, o raciocínio e manejo clínico segundo as seguintes categorias: historicidade; identidade; identidade de gênero; e sexualidade. A PSH assume que o sujeito é ativo, participante do seu processo de desenvolvimento, sendo capaz de apropriar-se das múltiplas determinações que se expressam nas suas ações, sentimentos e pensamentos, além de ser capaz de desenvolver uma reflexão e consciência de si, que lhe permita romper com os processos de alienação nos quais está inserido em seu ambiente social e pessoal. Nessa perspectiva, privilegia-se a potência dos indivíduos a partir da análise de seu sofrimento psíquico. Apresentam-se dois estudos de caso, acompanhados por uma dupla de terapeutas, ao longo de um ano. A análise dos casos foi norteadada pela metodologia qualitativa a partir das categorias por meio das quais se propôs investigar os resultados.

Palavras chaves: Identidade. Identidade de Gênero. Sexualidade. Historicidade; Psicologia Sócio-histórica.

ABSTRACT

The present work is inserted in the activities developed by the Laboratory of Health and Sexuality Studies (LESSEX), specifically the clinical work under the critical perspective of Socio-Historical Psychology (PSH). The objective of this study is to explain, from a psychotherapeutic process, the reasoning and clinical management according to the following categories: historicity, identity, gender identity and sexuality. PSH assumes that the subject is active, participant in its development process. In this process, it is able to appropriate the multiple determinations that are expressed in its actions, feelings and thinking, being able to develop a reflection and self-awareness, which allow to break with the alienation processes in which it is inserted in its social and personal environment. In this perspective, the power of individuals is privileged based on the analysis of their psychological suffering. Two case studies are presented, accompanied by a pair of therapists, over the course of a year. The analysis of the cases was guided by the qualitative methodology from the categories that proposed to investigate the results.

Key words: Identity. Gender Identity. Sexuality. Historicity. Historical Social Psychology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA	12
A CONSTITUIÇÃO DO PSIQUISMO NA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: SUBSÍDIOS E FERRAMENTAS DE ANÁLISE	16
MEIOS DIGITAIS E O DESAFIO DA PANDEMIA DE COVID-19	23
SEXUALIDADE, GÊNERO E CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA: MARCADORES DE ANÁLISE A PARTIR DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA	29
A IDENTIDADE ENQUANTO CATEGORIA HISTÓRICA E CULTURAL: INSTRUMENTOS DE ANÁLISE A PARTIR DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE	34
A identidade masculina: a questão hegemônica	39
A identidade feminina: (im)possibilidades	45
CATEGORIA HISTORICIDADE: O PROCESSO DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL	49
A CLÍNICA POTENCIALIZADORA NA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA	54
CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS E TÉCNICAS UTILIZADAS	61
Local de coleta	62
Participantes	62
Instrumentos e Procedimentos	62
Cuidados éticos	64
CARACTERIZAÇÃO DO CASO JOAQUIM	65
A negritude como expressão da categoria historicidade na constituição identitária e sexual de Joaquim	68
CARACTERIZAÇÃO DO CASO FLOR	73
Flor: a desigualdade social e a meritocracia	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	87
ANEXOS	93
Termo de consentimento livre e esclarecido	93
Termo de compromisso	94

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa emerge da necessidade de ampliar os estudos acerca da sexualidade, identidade e historicidade na constituição subjetiva humana a partir de uma perspectiva crítica, a qual considere o constante devir humano e se utilize do materialismo histórico-dialético como método de compreensão da realidade humana.

Neste sentido, atenta-se aos pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica (PSH), contemplando a linguagem como categoria fundamental na constituição do psiquismo, de modo a observá-la em uma perspectiva sócio-construtivo-interpretativa. Ou seja: enquanto objeto de constituição da subjetividade, a palavra resguarda uma organização histórica que é significada na vida social e viabiliza sentido na vida particular de cada sujeito, ganhando contornos específicos de acordo com a atividade social.

Estes parâmetros permitem romper com a naturalização pertencente à psicologia clássica, mais especificamente às ciências psicológicas derivadas do modelo europeu, (im)postas nas faculdades como uma diretriz normativa e de cerceamento das subjetividades, desconsiderando as especificidades de cada sociedade e a alteração dos sujeitos a partir delas.

Isto posto, trata-se de um trabalho que está embasado em dois estudos de casos clínicos realizados na Clínica da Sexualidade e Gênero do Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade (LESSEX), vinculado ao Núcleo de Estudos Avançados em Psicossomática da PUC-SP. O LESSEX visa não só a compreender e promover o acolhimento de indivíduos com questões relacionadas à sexualidade e à saúde, mas também, principalmente, criar uma Clínica Ampliada da sexualidade e gênero, seguindo os parâmetros da Psicologia Sócio-Histórica (PSH).

Neste sentido, o coletivo citado entende o ser humano como integrado nas suas relações intra e interpessoais, inserido em um contexto sócio-histórico no qual os processos de saúde e doença expressam diversas dinâmicas (singulares e socioambientais), vivências (*perijvania*), emoções, que impulsionam as atividades conscientes, constituindo a subjetividade humana.

Os estudos do LESSEX, no período de 2015 a 2018, tiveram por objetivo investigar as particularidades de questões relativas ao gênero, à sexualidade e à corporeidade no contexto virtual (KAHHALE; NISHINO, 2017; KAHHALE; ALMADA, 2017; GUENKA; KAHHALE, 2017; VENÂNCIO; KAHHALE; CHAGAS, 2019).

Constatou-se através dessas pesquisas e observações que há uma reprodução do padrão heteronormativo hegemônico vigente na sociedade, tanto em espaços heteroafetivos quanto homoafetivos. Na PSH, existiam poucos trabalhos que forneciam parâmetros para uma Clínica Ampliada, em uma perspectiva crítica e compromissada com as questões do sofrimento psíquico decorrente das práticas e desejos envolvidos na diversidade sexual.

Diante disso, percebeu-se a necessidade de ampliar o debate e a atuação da PSH, focando no trabalho da Clínica Ampliada como forma de questionar os padrões heteronormativos. Além disso, revelou-se necessário trilhar um caminho para se pensar e experimentar ações que rompam com estas organizações, criando-se outras vias, possibilidades de identidade de gênero e de práticas sexuais, que não se configurem como anormais, abjetas e excludentes.

É oportuno dizer que uma das propostas do LESSEX foi o desenvolvimento da prática clínica, com o cuidado individual com as pessoas em sofrimento psíquico decorrente das demandas sociais que fossem fruto de questões de ordem sexual e/ou de gênero.

Diante disto, este trabalho enfoca a análise de dois casos clínicos, tendo como objetivo principal configurar as expressões de identidade, de historicidade e de sexualidade dentro da perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica.

Enquanto objetivos específicos, delimitou-se: 1) Apreender a historicidade como categoria analítica na expressão da identidade de gênero e nas vivências dos casos estudados; 2) Apreender como as relações de gênero e práticas sexuais configuram-se nos casos analisados; e 3) Apreender a configuração do processo de identidade nos casos analisados.

Deste modo, na intenção de contemplar os objetivos deste trabalho, as temáticas analisadas foram organizadas da seguinte maneira: 1) A constituição do psiquismo na PSH; 2) Sexualidade e Gênero como aportes da constituição psíquica e marcadores de análise; 3) Identidade enquanto categoria histórica e cultural, oportunidade em que se discorrerá sobre a identidade masculina e a feminina; 4) Adversidades Sociais como configurações da categoria de análise de historicidade à luz da PSH; e, por fim, 5) A Clínica potencializadora nos pressupostos da PSH.

A partir deste prisma teórico-metodológico, expor-se-ão os casos atendidos, caracterizando-os através das expressões circunscritas na oportunidade do atendimento. Após, far-se-á uma análise dos casos à luz dos referenciais expostos.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A presente investigação teve por orientação os princípios de pesquisa qualitativa propostos por González Rey (2005), já que estes são contrários à reificação do conhecimento em sua própria base epistemológica. Isso se dá justamente porque “o conhecimento legitima-se na sua continuidade e na sua capacidade de gerar novas zonas de inteligibilidade acerca do que é estudado e de articular essas zonas em modelos cada vez mais úteis para a produção de novos conhecimentos” (GONZÁLEZ REY, 2005 p. 6).

Estes elementos viabilizam uma pesquisa sistematizada na:

[...] legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico [...] ou seja, o teórico não se reduz a teorias que constituem fontes de saber preexistentes em relação ao processo de pesquisa, mas concerne, muito particularmente, aos processos de construção intelectual que acompanham a pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2005 p.10).

A partir deste prisma, considera-se que o conhecimento é uma produção humana de carácter construtivo-interpretativo, o que permite romper com a reificação dos conhecimentos e, conseqüentemente, sua dicotomização entre empírico e teórico, de modo que é possível rejeitar uma apropriação linear de uma realidade que se apresenta.

A realidade, por sua vez, funciona como um domínio infinito de campos inter-relacionados, aos quais é impossível ter um acesso ilimitado e direto do sistema real, já que este é sempre limitado e parcial, de acordo com nossas práticas, as quais orientam nosso ponto de vista.

O método de pesquisa para o desenvolvimento da temática é o dialético, uma vez que

a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc (GIL, 2008, p. 14).

A acolhida deste método ocorre porque, para contemplar a subjetividade dos sujeitos em questão, torna-se necessário compreendê-los em sua totalidade, por meio de determinantes culturais, políticos e econômicos que contribuiram para eles estarem em determinada situação, assim como os processos subjetivos que engendram seus comportamentos e pensamentos, tornando-os ativos em sua realidade.

Como sustentação deste método, utilizam-se os pressupostos do materialismo histórico e dialético, já que este viabiliza o entendimento de uma vida material que funciona como base para as estruturas de ordem social, que são determinantes para o processo psíquico de apropriação da realidade apresentada.

O processo de pesquisa elencado para o desenvolvimento do método é o exploratório-qualitativo, pois este tem a finalidade de desenvolver categorias que permitam apreender a complexidade qualitativa do objeto de estudo. Além disso, Gil (2008) assinala que este deve ser adequado à temática, objeto de estudo dessa pesquisa, uma vez que envolve entrevistas não padronizadas e estudos de caso; por essa razão, o trajeto da pesquisa é construído conjuntamente entre pesquisador e participantes da pesquisa. O objeto de estudo promoverá exigências que ditarão o caminho metodológico traçado nesta pesquisa, a qual terá como fundamento a premissa qualitativa, adequada ao estudo da subjetividade.

Isto posto, elenca-se a opção do estudo de caso como delineamento da pesquisa, considerando que esta emerge como uma possibilidade de realizar um estudo comparativo entre os sujeitos/participantes. Gil (2008) explica que o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de poucos objetos, permitindo seu conhecimento amplo e detalhado; destaca ainda que este tem o propósito de descrever o contexto em que está sendo feita a investigação, além de explicar as múltiplas determinações de um fenômeno muito complexo.

Logo, recorreu-se ao Estudo de Caso como método, a fim de pensar e conceber uma prática e manejo clínico que mais se aproximem dos pressupostos da PSH. Os estudos de casos são compreendidos dentro de um referencial teórico, com princípios éticos-políticos e com uma escuta terapêutica, a qual deve ser reflexiva, acolhedora, respeitosa e empática.

Nesse sentido, considera-se que a abordagem clínica precisa ser repensada não apenas como ferramenta terapêutica, mas também nos pressupostos epistemológicos, visando a auxiliar o desenvolvimento de sujeitos éticos e políticos, que tenham e reconheçam em si a base de sua constituição física e psicológica, e que possam assumir posições ativas na realidade a fim de mudar não apenas seus processos subjetivos, assim como a dinâmica de sua própria objetividade (KAHHALE; MONTREOZOL, 2019, p.191).

Como todo estudo de caso clínico, o parâmetro é a análise qualitativa das sessões, buscando os indicadores para a proposição dos parâmetros de raciocínio

clínico na PSH. Conforme exposto por González Rey (2011), o estudo de caso possibilita

Gerar inteligibilidade sobre a diversidade do singular, com base no desenvolvimento teórico [...] nos processos de construção e interpretação que acompanha os casos estudados, desenvolver-se-á reflexões teóricas que levam a novas opções e ênfases no uso de conceitos (GONZÁLEZ REY, 2011, p. 21).

Considerando este pressuposto, o trabalho clínico prático organizou-se em três eixos simultâneos, mas que receberam ênfases distintas ao longo do tempo, durante as relações mediadas, próprias do processo terapêutico, que seriam: acolhida; identificação da demanda; intervenção.

Na tentativa de explicar as peculiaridades de cada caso, as singularidades que se apresentam na clínica, foram empregados “os relatos pessoais [...] como narrativas dos sujeitos, artífices da própria história” (PERAZZO, 2015, p.123). Ou seja, o sujeito é produto e produtor de sua história, ele se faz e se recria diariamente, articulando entre os imaginários sociais, sua história vivida e a história subjetivada do futuro.

Feito este adendo, é oportuno dizer que González Rey (2005) aponta como o Estudo de Caso tem-se difundido nos campos das ciências antropológicas, pois, além de permitir conhecer a realidade de vida dos sujeitos, possibilita descrever o contexto em que a pesquisa está sendo desenvolvida, o que é impraticável ao considerarmos outras vias metodológicas.

A amostra elencada deve ser pertencente a uma população determinada, e o sujeito alusivo a esta será representativo do conjunto íntegro do qual faz parte. A busca pela amostragem deve ser ponderada pelo conhecimento do contexto social, assim como das condições subjetivas que permeiam o fenômeno e a relação que se estabelece entre pesquisador e o sujeito em estudo.

Por este prisma, torna-se possível fazer emergir, a partir do sujeito representativo, coeficientes que possam mensurar as relações que são dialeticamente estabelecidas. Leão (2006) explica que:

[...] por estas características inerentes a tais áreas de conhecimento, a identificação e exploração de “sujeitos representativos”, passam a ser determinadas pelo acúmulo de aspectos relativos aos processos sociais e psicológicos presentes no grupo social e que alguns sujeitos apresentam cristalizados em suas características devido à especificidade de sua inserção ou função social (LEÃO, 2006, p. 23).

Dessa forma, as sínteses de determinações sociais são representadas pelo sujeito, já que na Psicologia

o sujeito apesar de singular é sempre social, e a compreensão se dá na inter-relação pesquisador/pesquisado, o que nos permite tomar as totalidades como contraditórias, explicando e compreendendo o movimento dialético de constituição e expressão do geral no particular e do singular na totalidade” (MONTREOZOL, 2019, p.18).

Esta forma de pesquisa foi utilizada também com o intuito de ampliar o grau de conhecimento, no que diz respeito às expressões de identidade, historicidade e sexualidade na clínica sócio-histórica. Assim, haverá a implicação da figura do psicólogo, já que este profissional se utiliza das categorias citadas para produzir análises e promover salto qualitativo a partir delas, auxiliando na diminuição do sofrimento e da queixa, produzindo ampliação da subjetividade.

A CONSTITUIÇÃO DO PSIQUISMO NA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: SUBSÍDIOS E FERRAMENTAS DE ANÁLISE

O presente capítulo discorre sobre o processo de enculturação e, em seguida, versará sobre as Funções Psicológicas Superiores, objeto primordial na compreensão do ser humano.

Apple (1995) sustenta que lutas e conflitos culturais constituem eventos reais e cruciais na batalha contra os determinismos hegemônicos. Assim, as explicações centradas na cultura, na política e na ideologia assumem papel de destaque no cenário social, adicionando-se às análises dos fenômenos complexos e contraditórios que se desenvolvem no nível macrossocial.

O autor aponta que é preciso valorizar e reconhecer a importância da esfera cultural, considerando-a em análises sobre os processos sociais, de modo a contemplar as implicações da força do capitalismo, que funcionam de modo determinante nas relações de produção, pois constituem recortes sociais e engendram poderes de classe social. A cultura neste formato é também destacada pelos autores associados ao marxismo; isto, porque o modelo epistemológico, proposto pelo marxismo ortodoxo transforma a história em um processo dialético e a cultura em um domínio de ideias e significados que são reflexo da estrutura econômica da sociedade.

Neste sentido, Marx (1983) aponta que o objeto de estudo no campo das Ciências Sociais é o modo de produção material, sendo que esta pode ser compreendida por meio dos

indivíduos produzindo em sociedade, portanto a produção dos indivíduos determinada socialmente, é por certo o ponto de partida [...] produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais (MARX, 1983, p. 109-110).

Por intermédio desta contribuição é possível pensar a cultura enquanto mediadora do processo de aprendizagem, visto que é por meio dela que se apreendem valores, símbolos, comportamentos e diretrizes para o sujeito viver em sociedade. Por este ângulo, Marx (1983, p.110) explica que:

poderia parecer que ao falar da produção em geral seria preciso querer seguir o processo de desenvolvimento e suas diferentes fases, querer declarar desde o primeiro momento que se trata de uma determinada época histórica, da produção burguesa moderna, por exemplo, que propriamente constitui o nosso tema. (MARX, 1983, p.110).

À luz destas contribuições, é oportuno considerar que a aprendizagem do mundo social é atravessada por diversas organizações sociais e grupos com interesses distintos que travam embates sobre suas necessidades, visto que o capitalismo produz processos desiguais na socialização. Diante disso, a cultura tem sua contribuição ao desenvolvimento humano e ao processo de socialização, em razão de representar a própria organização humana.

Levando em consideração a importância da cultura e das produções materiais, conforme delimitado acima, buscam-se aqui contribuições sobre a configuração e delimitações em pesquisas a fim de definir o que é cultura; com isso, delimitou-se o processo histórico dessa construção.

Primeiramente, percebe-se a cultura como algo que os grupos humanos passariam aos seus descendentes, sendo representada por todas as ações do ser humano em face da natureza e dos outros indivíduos. Isso se dá porque o ser humano apreende o mundo sob a ótica de sua cultura.

Em outro momento da história, depreende-se um viés cognitivista, no qual a cultura emerge como uma síntese dos conhecimentos que são compartilhados pelos membros de uma determinada sociedade, servindo-lhes de parâmetro em suas interações e aprendizagens.

Em seguida, em avanços sobre este bojo teórico, surgem conceitos, como o de Lévi-Strauss (2015), que considera a cultura uma maneira de representar o mundo e de o entender, percebendo as organizações culturais como adaptações da mente humana aos vários ambientes em que os seres humanos vivem, proporcionando uma forma de vida satisfatória.

Em outro momento, emerge o pensador Marx (1983), que compreende a cultura como mediadora entre o ser humano e seus afazeres. Assim, tudo aquilo que o homem produz carrega o intuito de atingir seus objetivos, materiais ou não.

O pensamento pós-estruturalista, que tem Bourdieu (1974) como um de seus representantes, vê a cultura como um sistema de práticas mediadas pelas relações estabelecidas em uma sociedade, abarcando uma perspectiva de indivíduos e instituições sociais.

Laraia (2009) produz uma síntese das várias teorias que tratam da categoria de cultura. Para ele, a categoria seria uma espécie de guia de comportamento em

cada sociedade, determinando como nos vestimos, falamos e agimos, por meio da mediação que recebemos através da socialização. O autor define a cultura como:

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, resultado da operação de uma determinada cultura (LARAIA, 2009, p.68)

Observa-se que a categoria cultura sofre arranjos e rearranjos conforme a escola de pensamento de cada autor, o qual se debruça sobre a temática em seu próprio tempo histórico, concebendo uma forma de análise singular à cada época. Contudo, existem denominadores comuns entre todas as organizações sociais com relação à cultura, sendo: 1) é apreendida; 2) é simbólica; 3) liga-se com a natureza; 4) é geral e específica; 5) inclui tudo; 6) é partilhada; e 7) é regulada.

Neste sentido, é preciso compreender que o processo de enculturação, caracterizado pela aprendizagem da cultura de determinado grupo social, produz hábitos de ordem biológica, como gestos, formas de estar e de comer, por meio das mediações simbólicas disponíveis em um ambiente.

Considera-se que a cultura não se aparta das atividades características e das interações da vida cotidiana, da materialidade, o que implica o reconhecimento da importância das ações e das experiências dos indivíduos nas análises dos fenômenos sociais e individuais/singulares. É algo que inclui também o processo de aprendizagem, visto que o aprendiz não está desprendido da realidade, mas inserido num conglomerado de organizações sociais. Então, como se processam a criação e apropriação da cultura pelos seres humanos?

Lane (2006) nos traz a noção de que o humano se constitui como tal quando rompe a escala filogenética, iniciando um processo ontogenético, derivando isto de dois acontecimentos fundamentais: a descoberta da ferramenta e o desenvolvimento da linguagem.

Em termos epistemológicos, deve-se compreender o sujeito a partir de um preceito materialista histórico-dialético. Logo, o sujeito não é constituído por mera transposição do social e não advém de um processo maturação. antes, o desenvolvimento envolve apropriação de conteúdo culturais e sociais através da linguagem e dos processos grupais, implicando posicionamento ativo, o que revela uma concepção de ser humano produto e produtor da história.

Isto implica o que Vigotski (2001, 2003, 2004, 2006, 2007) denomina de Funções Psicológicas Superiores. O autor coloca que categorias, como a memória, consciência, percepção, fala, pensamento, vontade e emoções, estão subordinadas às incitações do ambiente que permeiam a experiência do sujeito desde sua origem.

A prerrogativa é de que exista uma rede de nexos que formam o sistema psicológico, fazendo com que as funções se relacionem entre si e, à medida que se cruzam com as sínteses sociais, promovem um salto no desenvolvimento do sujeito. Então, nesta perspectiva, o avanço sobre as categorias organizadas socialmente ocorre por meio da linguagem, que é instrumento basal à condição humana para viver em sociedade.

A conexão destas funções psíquicas superiores ocorre através dos signos, meio pelo qual são aglutinadas e relacionam-se, acarretando o trânsito e acesso de informações. Conforme Vigotski:

é o próprio meio da união das funções em nós mesmos, e poderemos demonstrar que sem esse signo o cérebro e suas conexões iniciais não podem se transformar nas complexas relações, o que ocorre graças à linguagem” (VIGOSTSKI, 2004, p. 114).

Neste sentido, Leão (2006) nos explica que existem categorias analíticas do psiquismo humano, sendo estas: a emoção, a consciência, a atividade e a identidade; tais instâncias devem ser compreendidas pela relação social, a qual utiliza-se de mediadores em forma de linguagem e ferramentas. Nas palavras de Lane e Sawaia (2006):

A linguagem se apresentou como ponto-chave a ser deslindado, não como algo reificado como os linguistas o faziam, mas sim como algo dinâmico, construído historicamente pela sociedade e desempenhando um papel fundamental, tanto no desenvolvimento dos indivíduos como na sua inserção em grupo sociais (LANE; SAWAIA, 2006, p. 69).

Elas ainda evidenciam que a mediação é uma categoria que permite apreender os processos de superação de um fenômeno pelo outro. Isto ocorre nos processos de aprendizagem que viabilizam a passagem da objetividade para subjetividade, já que nesta ciência reconhecemos uma postura dialética, que oportuniza uma primeira instância enquanto eminente de uma segunda. Ademais:

[...] a mediação fundamental que a linguagem exerce na constituição do psiquismo humano, em especial na consciência e de sua vinculação com a atividade. Por outro lado, a linguagem medeia o processo histórico, pois ela é aquilo através do que se generaliza a experiência sócio-histórica da humanidade (LANE; SAWAIA, 2006, p. 73).

Assim, é importante frisar que nesta base epistêmica a mediação não se apresenta como um processo mecanicista ou reflexológico, nem sequer é uma condição estrutural e estanque na vida do sujeito. Trata-se de compreender os processos psicológicos em uma perspectiva relacional.

Isto posto, Vigotski (2004) propõe um mecanismo de signos em que se configura o pensamento humano, advindo das trocas da fala social. A palavra, que inicialmente é uma propriedade externa ao sujeito, passa a ter um significado simbólico, conforme este se relaciona com a materialidade que o circunda. À medida que a fala é mais complexa, o pensamento também é desenvolvido.

Vigotski (2001, p.465) explica que a palavra possui um significado público, compartilhado. Entretanto, a categoria de sentido é construída em torno dos nexos das funções psicológicas superiores privadas, fazendo emergir representações na consciência de cada um. Os sentidos são arquitetados através das lembranças, vivências e percepções singulares, que dependem do contexto em que são estimuladas. Nas palavras do autor:

[...]o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. Como se sabe, em contextos diferentes a palavra muda facilmente de sentido. O significado, ao contrário, é um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos. (VIGOTSKI, 2001, p.465)

O sentido e o significado são concebidos através do seu uso socialmente coordenado. Portanto, é a partir da linguagem posta socialmente e de seu uso no meio público que se constrói a subjetividade. Entendemos então, conforme demonstra Leão (2006) que os processos psicológicos superiores adquirem formato em uma configuração necessariamente unida a significados formados social e historicamente e a métodos transmitidos na atividade e interação social.

Contemplamos assim o sentido como categoria alicerçada em um contexto sócio-histórico, percebida através do método dialético, que se altera conforme a divisão social do trabalho, já que estas alteram as características e comportamentos do ser humano, pois criam necessidades de uma comunicação através da linguagem. Conforme Blanck (1987):

Os indivíduos modificam ativamente os estímulos presentes diante deles, e deste modo os utilizam como instrumentos de conduta. Fazem isso para mudar as condições do meio e assim controlar sua própria conduta: - introduzindo mudanças no meio os indivíduos constroem seus próprios processos psicológicos (BLANCK, 1987, p. 113)

É pertinente realçar que, para provocar relação entre os nexos das funções psicológicas superiores, é preciso que se instaure um sentido para o sujeito, pois a partir deste ocorre alteração da rede psicológica, possibilitando reorganização da consciência e o desenvolvimento de conteúdos psíquicos.

Nesta perspectiva, Santos e Leão (2014) nos explicam que o sentido além de mediar a experiência individual da prática social com a realidade, abarca componentes afetivos e sociais, reorganizando a consciência, a qual é formada pelo contato do sujeito com os significados desenvolvidos sócio-historicamente. Deste modo, o significado existe objetiva e independentemente do sujeito. Contudo, ele é integrado à consciência através do sentido e da atividade.

Ao investigar a questão da afetividade e emoção nas obras de Vigotski, Sawaia e Lane (2006, p.4) traduz a noção de que as emoções “[...] compõem o subtexto de suas reflexões mais importantes, como: significado, educação, linguagem, pedologia e defectologia”.

A autora indica ainda que a afetividade nas obras investigadas pode ser definida como uma capacidade humana, a qual transcende os instintos e impulsos, elevando-os à consciência, através da mediação dos signos. Ela ainda destaca que Vigotski refere-se à categoria afetividade em sua obra como sinônimo de emoção e sentimento.

Deste modo, Lane (2006) considera que as emoções, conforme postuladas por Vigotski, podem ser entendidas como Funções Psicológicas Superiores, já que os sujeitos têm a capacidade de as regular, além de elas evoluírem conforme a mediação da cultura. Nas palavras da autora: “as emoções são funções mediadas, são sentimentos humanos superiores, pois, até o próprio organismo reage a significados de forma que as sinapses cerebrais são mediadas socialmente” (LANE, 2006, p.57).

Vale ressaltar que a PSH entende que a atividade humana, conforme exposto por Leontiev (1978), é um processo que provém da realidade vivida pelos sujeitos, razão por que eles se fizeram e ainda se fazem humanos em decorrência de suas necessidades, sejam elas para sua sobrevivência ou sua satisfação. Para tanto,

buscam-se alternativas através de suas ações e atividades para suplantar seus objetivos.

Para o ser humano, é essencial o ato de prestar atenção no outro e, com isto, identificá-lo por suas características singulares, transformando o aprendizado em sentidos e significados, que permitem passar adiante os conteúdos internalizados em suas normas, regras e condutas; estas poderão nortear sua vida e lhe configurar uma determinada identidade dentro dos grupos. Para Lane (1984), a partir das críticas a Pichon-Rivière, o grupo é:

Um conjunto restrito de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe de forma explícita ou implícita uma tarefa à qual constitui sua finalidade, interagindo através de complexos mecanismos e assunção de papéis. (LANE, 1984, p.80).

A partir do movimento homem e sociedade, é possível compartilhar da execução de atividades mais simples até as mais complexas, e então construir a identidade em um processo infundável. Nesta relação que o ser humano estabelece com o meio social, ele vai adquirindo conhecimento e transformando os conhecimentos anteriores, numa constante dialética, a fim de satisfazer suas necessidades e vontades. Portanto, o homem se constrói e constrói o seu entorno. A esse respeito, Kohl (1997) menciona que Vigotski:

Busca compreender as características do homem através do estudo da origem e desenvolvimento da espécie humana, tomando o surgimento do trabalho e a formação da sociedade humana, com base no trabalho, como sendo o processo básico que vai marcar o homem como espécie diferenciada. É o trabalho que, pela ação transformadora do homem sobre a natureza, une homem e natureza e cria a cultura e a história humanas” (KOHL, 1997, p.27).

A partir destes pressupostos depreende-se que o humano é concebido enquanto tal por intermédio da ação transformadora, que se materializa em forma de produtos sociais, os quais são mediados através das ferramentas de comunicação dispostas em um momento específico. Neste sentido, em todas as etapas de sua vida, o ser humano mantém constantes relações de trocas, colaboração e também de dependência.

MEIOS DIGITAIS E O DESAFIO DA PANDEMIA DE COVID-19

Analisando a questão da constituição subjetiva para a contemporaneidade, é possível dizer que, mesmo quando o homem é privado do contato físico e conseqüentemente da verbalização e interação presencial como intermédio do seu processo de desenvolvimento, ele caminha para outros meios, utilizando-se, por exemplo, dos meios digitais, e assim ele (re)constrói sua identidade.

Isto é evidente ao refletirmos sobre as redes sociais e suas influências no processo de constituição dos sujeitos. Observa-se que o espaço virtual é bastante presente nos meios de comunicação e utilizado por grandes empresas a fim de vender seus produtos, gerando lucros. Neste sentido, cria-se uma necessidade de compra por intermédio das plataformas digitais, o que representa um avanço dos modos de relação no capitalismo e, por consequência, das relações sociais nas sociedades capitalistas. Vale assinalar, considerando o exposto sobre as considerações da PSH acerca das ferramentas que medeiam a constituição do psiquismo, que a infraestrutura de conectividade gera desigualdades de oportunidade no uso da rede.

É perceptível que atualmente não basta conectar os sujeitos, sendo necessário conectá-los em velocidades compatíveis com o desenvolvimento de aplicações, sistemas e soluções na rede. Desconsiderar tal proposição pode gerar políticas de inclusão assimétricas, que consolidam o poder na rede e o poder de criar redes daqueles que são mais velozes, que possuem mais capital ou mais poder político. Em um certo sentido, essa inclusão assimétrica cria categorias distintas de cidadãos conectados no uso da rede (SILVEIRA, 2011).

Nesse contexto, é pertinente expressar que a desigualdade sobre as ferramentas de informação e comunicação promove sujeitos assimétricos no processo dialético de apropriação da realidade, concebendo estruturas de manutenção desiguais; portanto, há diferentes processos de socialização das categorias de apreensão da realidade, como a linguagem, a emoção e memória, a atenção e demais mecanismos. Levy (2001, p.51) explica que “o ciberespaço será o centro das atividades econômicas, culturais e sociais, tendo a Internet como vetor de reorganização da sociedade que surge para além da cidade física”. Nesta perspectiva, ainda é pertinente assinalar que

Entendemos que os computadores, aos estarem conectados em rede, tornam-se potencialidades para a criação e a comunicação, o que só se torna

possível à medida que os sujeitos interagem com a máquina, fazem descobertas, se comunicam com seus pares, compreendem o significado social dessas tecnologias, seus princípios, suas potencialidades, e a racionalidade que as perpassam, se familiarizam com a cultura digital de forma plena e livre (BONILLA; PRETTO, 2011, p. 103).

Portanto, é necessário que todas as pessoas estejam preparadas para atuar neste novo modelo de sociedade, apropriando-se dos recursos tecnológicos em suas atividades pessoais e profissionais, observado que o mundo tecnológico dispõe de ferramentas necessárias ao desenvolvimento de distintas configurações de psiquismo.

Na atualidade, o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) está diretamente relacionado aos direitos dos sujeitos à informação e à liberdade de expressão. Para tanto, iniciativas de inclusão digital são necessárias para a extinção das diferenças sociais existentes. Entretanto, é importante destacar que incluir uma pessoa digitalmente não significa apenas colocá-la em contato com ferramentas tecnológicas.

Costa (2011, p.109) explica que “Essas técnicas [TIC] criam novas condições e possibilitam ocasiões inesperadas para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, mas elas não determinam automaticamente nem as trevas nem a iluminação para o futuro humano”.

Ter ou não acesso às ferramentas tecnológicas é apenas um dos muitos fatores que influenciam a inclusão/exclusão digital. Porém, não é o único nem o mais relevante (BONILLA, 2001), tendo em vista que, mais importante do que o acesso propriamente dito, é sua utilização de forma significativa, que produz sentido.

Ainda assim, a exclusão digital traz apenas mais uma faceta às outras exclusões já vividas e conhecidas pela população marginalizada; por isso, há a preocupação em tratar a inclusão digital como uma facilitadora de outras inclusões, e não apenas focada no uso técnico das novas ferramentas (COSTA, 2011, p.110)

É oportuno lembrar que “inclusão digital” pode abarcar uma série de significados, conforme a escola e as vertentes de pensamentos. Em linhas gerais, entende-se inclusão digital como uma forma de apoio aos cidadãos na perspectiva de inserção na sociedade contemporânea, buscando preferencialmente as populações que têm condições de vida precárias, ou seja, menores chances de apropriação dos benefícios trazidos pelas TICs. (COSTA, 2011, p.110)

Gomes (2002) evidencia que se tornou essencial a inclusão da informática e dos demais saberes tecnológicos na vida das pessoas, seja por meio de cursos, estratégias sociopolíticas, mas principalmente quando se trata de processos de socialização, já que o objetivo desta é preparar o sujeito para agir em sociedade. Neste sentido,

O uso das tecnologias de informação e comunicação é um importante recurso que potencializa a aprendizagem, visto que atua diretamente no desenvolvimento cognitivo, sabendo que tecnologia é também pensamento elaborado. Por outro lado, a invasão dos meios tecnológicos na sociedade tem exigido a mudança de postura na relação homem e sociedade, na qual fazer uso dos recursos disponíveis passou a ser uma condição de participação social (SANTOS; ROSA; MELO, 2012, p. 35)

Deste modo, práticas em inclusão digital possibilitam maior apropriação da realidade e, por conseguinte, criação de meios materiais de comunicação, além de uma melhor qualidade de vida aos humanos, oferecendo-lhes condições igualitárias para a busca de novas oportunidades profissionais; com isso, possivelmente haveria também um aumento na renda salarial e uma maior integração social (GULO et al., 2011).

Dias, De Deus e Ireland (2013) evidenciam que somente recursos tecnológicos não são suficientes para a profusão de significados que auxiliem na busca de entendimento da realidade que está sempre diante de nós. O autor ainda diz que é imprescindível a ação de mediadores sensíveis para o aprofundamento de reflexões e o desenvolvimento de novos posicionamentos ou ações sobre a realidade.

Sobre isso, Nascimento e Lopes (2013) trazem a noção de que o sujeito deve ser capaz de conviver e conseguir transformar a si próprio e a sociedade na qual está inserido por meio da socialização. Por isso, é necessário um meio de apropriação da realidade que contemple tanto a própria socialização física quanto a tecnológica.

Estas contribuições evidenciam o quão urgente é democratizar o acesso à internet, a fim de que esta categoria possa potencializar os mais variados e diversos lares e famílias, de modo a tentar diminuir a desigualdade social e almejar uma socialização de qualidade.

Isto posto, cabe ao psicólogo estar atento às mudanças nos mecanismos de informações, observado que é a partir destes que o sujeito se apropria da realidade que o circunda, passando a dispor das ferramentas de alteração da sua existência, percebendo-se como pertencente à determinada classe, gênero, raça/etnia e demais marcadores sociais.

Cabe ressaltar que a presente pesquisa foi desenvolvida entre 2019 e 2021, anos que são demarcados pela pandemia da COVID-19, para a qual se prescreve o isolamento social. Por consequência, há nesse período o agravamento do uso das plataformas digitais como meio de comunicação humana, a exemplo do modelo EAD de educação imposto como uma das medidas restritivas da pandemia.

Diante disso, buscaram-se estudos que contemplassem este recorte social na intenção de abarcar a especificidade dos mecanismos dialéticos de apropriação da realidade neste momento histórico. Encontramos então as contribuições de Harvey (2020), que produz uma reflexão global acerca da situação dos países na pandemia.

O texto inicia-se com uma delimitação do autor na interpretação do capitalismo, discorrendo sobre Marx. Aborda ainda as contradições internas da circulação e acumulação do capital como fluxo do valor monetário, inserido em um modelo de reprodução social, que ocorre através dos grupos sociais, e também por meio do processo de urbanização e formação das populações, que incorporam o modelo e se posicionam ativamente a partir dele.

Harvey (2020) discorre ainda sobre este modelo de compreensão do capitalismo em uma perspectiva global, percebendo a relação entre os países com base nessas contradições, que evoluem e se desenvolvem histórica e geograficamente, exacerbando cada vez mais as lacunas engendradas.

O autor entende o modelo neoliberal como um avanço do capitalismo e da desigualdade social, explicando que o neoliberalismo se pauta cada vez mais no capital fictício e na expansão da oferta de dinheiro. Por conseguinte, esteia-se também na concessão do capital pelas instituições bancárias, que criam cada vez mais dívidas e endividados, gerando assimetrias nas possibilidades de trocas de informações.

Harvey (2020) questiona como o modelo neoliberal, que já apresentou dificuldades de manutenção, comporta-se frente à pandemia provocada pela COVID-19, uma vez que esta não respeita estruturas e regras impostas pelo modelo neoliberal, remodelando e alterando as condições “naturais” que este modelo de troca propicia nas sociedades atuais.

Assim, o autor afirma que “o impacto econômico e demográfico da disseminação do vírus depende de fissuras e vulnerabilidades preexistentes no modelo econômico hegemônico” (HARVEY, 2020, p. 16).

Por meio dessa afirmação, o autor desmonta a ideia de que as doenças infecciosas não reconhecem classes ou limites da organização social, uma vez que

seus impactos econômicos e sociais são filtrados por meio de discriminações naturalizadas na sociedade.

A exemplo disso, é possível perceber as figuras de linha de frente na pandemia, percebendo-as por meio do recorte social. É evidente que os grupos sociais elencados para garantir serviços essenciais e cuidar dos doentes do coronavírus são populações que já eram vulneráveis socialmente.

Assim, o sistema neoliberal, em conjunto com o agravamento promovido pela pandemia, vislumbra um “modo de vida contemporâneo” que deixa cada vez mais evidente a importância da luta de classes e a queda do modelo neoliberal, uma vez que aquilo que está em jogo nesses modos de relação não é mais simplesmente o poder de aquisição ou o acúmulo de capital, mas a vida dos trabalhadores.

Diante de tal perspectiva, a terapeuta se viu obrigada a interagir de modo virtual e, claro, como todo psicólogo inscrito no conselho, teve que seguir os preceitos da Resolução CFP nº 04/2020, referente ao atendimento on-line durante a pandemia de COVID-19. Neste contexto, houve a necessidade de repensar e experimentar novas possibilidades para os encontros psicoterapêuticos; antes presenciais, tornaram-se agora uma restrição.

Assim, diante do que seria um pequeno espaço na tela do dispositivo eletrônico, houve a busca por meios de manutenção do vínculo, sua (re)criação, e também minimização do sofrimento, por intermédio do acolhimento, além das demais intervenções, como o feedback, a palavra, a escuta e as trocas durante a terapia on-line. Deste modo, como tantos outros profissionais, o psicólogo teve que se reconstruir mediante as expectativas, as notícias, as *fakes news*, o estresse familiar, o isolamento social, a instabilidade financeira, e mais uma lista de fatos e ocorrências que passam como um turbilhão para toda a humanidade.

Então, o ano de 2020 foi marcado por um momento de mudanças necessárias para a sobrevivência. A obrigatoriedade do distanciamento social afetou toda a população mundial, em um processo no qual muitos profissionais tiveram que migrar para uma nova realidade virtual. Os impactos da pandemia repercutiram nas subjetividades pelo risco da contaminação e da iminência da morte.

O desafio não é diferente para a Psicologia. Embora a modalidade on-line já estivesse sendo utilizada por alguns profissionais, há um consenso pela opção da troca presencial e tradicional no atendimento psicoterápico. Não somente o profissional, mas aquele que procura o atendimento por vezes busca um espaço físico

onde possa se sentir acolhido, ter um lugar em que possa se sentir livre e, assim, expressar suas emoções sem julgamentos.

Acerca dessa realidade, é oportuno expor que houve mudanças no cenário de realização da prática psicoterápica, visto que o contexto pandêmico imputou o isolamento e o atendimento on-line e, conseqüentemente, houve adequações. O atendimento on-line é ratificado pelo Conselho Federal de Psicologia, o qual prevê que este deve ser realizado em espaço seguro, em que não haja interferências. A presente pesquisa contempla o previsto e concebeu um ambiente seguro para o prosseguimento do atendimento dos sujeitos em questão.

Diante deste cenário, muitas mudanças no comportamento foram necessárias, como não poder disfrutar da satisfação de estar ao lado de amigos e família, e conviver apenas com aqueles do ambiente em que mora. Nossos hábitos para manter o mínimo de contato social foram adaptados no comportamento das pessoas, e certamente muitos deles continuarão até o fim da crise.

SEXUALIDADE, GÊNERO E CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA: MARCADORES DE ANÁLISE A PARTIR DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

Ao investigar sobre as teorias que se dedicam ao desenvolvimento humano e se propõem a analisar questões de ordem social e subjetiva, é possível captar a questão da sexualidade como elemento basal sobre a constituição de elementos que permitem a apropriação da realidade e, por consequência, da vida social, de sua potencialização.

Neste sentido, considerando tal pressuposto, a presente seção discorre sobre a sexualidade na intenção de abarcar conjuntos formativos do psiquismo, a fim de analisá-los à luz do referencial teórico proposto.

Tal análise justifica-se pela articulação teoria e prática, pois ao longo do desenvolvimento dos atendimentos psicoterapêuticos que configuraram os casos – os quais se constituem como objetos de estudo dessa pesquisa –, os sujeitos trouxeram questões relativas a identidade de gênero, orientações e práticas sexuais que não necessariamente estavam implícitas nas queixas iniciais. Interrogações acerca da sexualidade tornaram-se evidentes no decorrer da pesquisa, quando os sujeitos pontuaram suas aflições, dilemas e inseguranças, os quais eram relativos ao âmbito das relações amorosas e, por consequência, desdobravam-se por intermédio de configurações de ordem da sexualidade, que foram se revelando como questões significativas e geradoras de sofrimento.

A sexualidade é um dos aspectos centrais e fundamentais no desenvolvimento saudável do ser humano. Esta é uma das razões que fez com que a sexualidade fosse questionada desde os primórdios da história da humanidade. Diante disso, a Organização Mundial de Saúde, em seu último relatório de 2015, pontua que é garantido ao ser humano o direito à saúde sexual, que é definida como um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social relacionado à sexualidade. Ela pode ser influenciada pelo comportamento sexual, por atitudes, fatores biológicos e predisposição genética, e é legitimada pela vivência sexual saudável.

A saúde sexual é fundamental para a saúde física, emocional e o bem-estar dos indivíduos, casais e famílias e, em última análise, para o desenvolvimento social e econômico de comunidades e países. Contudo, a capacidade dos indivíduos de alcançar saúde e bem-estar sexual depende de terem acesso às informações sobre sexualidade, conhecimento sobre os riscos que enfrentam, a vulnerabilidade e as adversas consequências das atividades sexuais, acesso de qualidade aos cuidados de saúde sexual e um ambiente

que afirma e promove a saúde sexual. Leis e políticas nacionais, que regem a prestação de serviços de saúde (incluindo informação e educação), criminal, civil e leis administrativas que se apliquem à sexualidade, que possam desempenhar um papel fundamental em promover a saúde sexual e proteção das pessoas [...] Nas últimas três décadas, tem havido uma rápida expansão da aplicação dos direitos humanos para sexualidade e questões de saúde sexual, particularmente relacionadas à proteção contra discriminação e violência, proteção da liberdade de expressão, privacidade e outros direitos, para mulheres, homens, pessoas transgênero e intersexo, adolescentes e outros grupos populacionais (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015, p. 5).

No Brasil, encontramos sérios problemas sociais decorrentes da falta de uma educação sexual nas escolas, ao contrário do que ocorre em outros países que priorizam a sexualidade como parte do currículo escolar. O que se tem de orientação sexual nas escolas é voltado apenas para a saúde sexual reprodutiva.

Geralmente, quando as pessoas escutam sobre sexualidade, logo pensam em sexo genital. Mas o termo sexo é literalmente ligado aos órgãos genitais ou, mais precisamente, ao ato sexual. Quanto à sexualidade, ela compreende algo muito mais amplo, relativo e pessoal, pois está diretamente relacionada às experiências do indivíduo e é influenciada por fatores biopsicossociais. O biológico, psicológico e o social são três aspectos imprescindíveis da sexualidade, e não podem ser pensados de modo separado, pois a unidade biopsicossocial histórica envolve uma configuração que favorece a construção da identidade do indivíduo.

Atualmente, a sexualidade é um assunto que está praticamente em todos os lugares, indo de conversas de bar a artigos especializados, e de certo modo se tornou um objeto de consumo; portanto, é algo muito lucrativo.

O assunto em torno da sexualidade sempre despertou interesse e curiosidade desde os tempos mais remotos. Porém, o próprio termo “sexualidade”, segundo Foucault (2003, p. 9), surgiu tardiamente, no início do século XIX. Ele assinala que não foi uma mera inclusão no vocabulário, mas que o uso da palavra foi estabelecido em relação a outros fenômenos como discurso de poder, a exemplo: do esquadramento das profissões; do desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos, que cobriram tanto os mecanismos biológicos da reprodução quanto as variantes individuais e sociais do comportamento; da instauração de um conjunto de regras e de normas, em parte tradicionais e em parte inovadoras, as quais se sustentam em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas.

A sexualidade envolve também as mudanças no modo como os indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos,

sensações e até mesmo seus sonhos. Podemos afirmar que a sexualidade é um produto da construção social, ou seja, não é um fenômeno estático e imutável; com isso, uma dimensão somática passa a ser um dispositivo histórico, sendo atravessada por todo um espectro de ideologias, concepções, saberes e formas de controle. Montreozol e Kahhale (2019), descrevem muito bem esta categoria como:

A partir da Idade Contemporânea, a grande preocupação dos governos ou ainda das autoridades eclesiásticas quando sujeitos com desejos próprios passam a ameaçar a obediência que mantém o privilégio dos detentores do poder. Isso porque, a partir da religiosidade e dos saberes científicos emergentes, a sexualidade tem sido utilizada como uma regulação coletiva do desejo, que coloca em ação algumas práticas para investigá-la, objetivando, assim, definir os supostos padrões de normalidade e, conseqüentemente, os desvios. Nesse âmbito, os desenvolvimentos sexuais socialmente aceitos passam a ser definidos e classificados como normais, reiterando uma visão a-histórica da sexualidade, quando impedem seus questionamentos, justificando-os a partir de uma origem divina, ou ainda uma formação imemorial da cultura (MONTREOZOL; KAHHALE, 2019, p. 39).

Todos os seres vivos interagem com o meio ambiente e entre si, mas os seres humanos partem de uma unidade orgânica e organizada, somática, que é o corpo, não diferindo de outras espécies vivas; ainda assim, têm um grande diferencial, o qual vai além de um sistema somático que trabalha sincronicamente para a sobrevivência. Nas suas relações sociais e inseridos no mundo, os homens produzem cultura, o que lhes permite simbolizar todos os processos vividos, inclusive os corporais, ou seja, os processos somáticos são significados pela cultura e perdem seu caráter “natural”; isso irá se expressar na sexualidade, vivida de forma singular e coletivamente nos diversos grupos sociais e na sociedade em geral. Cada sujeito apropria-se das significações da sociedade e do grupo social em que se insere, de modo que constrói sentidos subjetivos pessoais próprios, envolvendo práticas eróticas e fazendo as suas próprias escolhas de relação afetiva e de intimidade.

Muitos consideram que a sexualidade é algo que todos nós, mulheres e homens, possuímos naturalmente [...] ignorando todo processo de construção do sujeito e da humanidade e que descartando essa ideia, fica sem sentido argumentar a respeito de sua dimensão social e política, ou a respeito de seu caráter construído. Pensar a sexualidade como algo recebido pela natureza, é o mesmo que se apoiar no corpo e “de que nós vivemos nossos corpos, universalmente, da mesma forma [...] e não oriunda dos processos culturais e plurais e ao mesmo tempo singulares (LOURO, 2010, p. 5).

Louro (2010) ainda explica que a sexualidade para cada ser humano envolve práticas únicas, em relação a suas escolhas afetivas e seus objetos de desejo. Assim o que permeia o imaginário de cada um, é claro, diz respeito à cultura em que se está

inserido, com distinções em diferentes grupos. Na sociedade ocidental, a categoria de sexualidade tem uma certa hierarquia que foi socialmente estabelecida. A heterossexualidade seria a forma “correta” de se relacionar e viver, sendo outras formas discriminadas e tidas como anormais. Em outras palavras, em nossa sociedade, é esperado que todos os indivíduos sejam heterossexuais e, portanto, a sexualidade é marcada por práticas heteronormativas. Trata-se de sociedades que controlam, que regulamentam, que promovem saberes e produzem verdades.

Pontuando a heteronormatividade, é definida pela heterossexualidade, que orienta a sexualidade como um padrão que estabelece normas, poder, controle de condutas, possibilidades e obrigações sociais, o qual seria tido como *normal*, o esperado e adequado. Diante disso, qualquer desvio destas regras é considerado fora dos padrões de normalidade e tido como abjeto.

Para Montreozol e Kahhale (2019, p.38), “a sexualidade sempre aparece enquadrada na perspectiva do casamento e da família, ressaltando os pressupostos heterossexistas e reprodutivos do momento histórico que foram produzidos”. Ainda, dentro da mesma perspectiva, Louro (2010) descreve que os:

[...] mecanismos operam, fortemente, no campo da sexualidade. Aqui, uma forma de sexualidade é generalizada e naturalizada e funciona como referência para todo o campo e para todos os sujeitos. A heterossexualidade é concebida como “natural” e também como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto e seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais (LOURO, 2010, p.10).

A sexualidade também é atravessada por um discurso de gênero focado no feminino e masculino. Vale lembrar a distinção de gênero, que é o termo usado para designar a construção social do sexo biológico. A partir desta conceituação supõe-se que todos os seres humanos possuem, além do seu sexo (biológico), um gênero (subjetivo), masculino, feminino ou neutro. Portanto, o gênero é definido como um atributo social expresso no indivíduo, configurando sua subjetividade.

Embora a sociedade defina as pessoas como masculinos e femininos, desde o seu nascimento, baseando-se nas características da genitália, o gênero se refere à organização social da relação entre os sexos, o que é produto do contexto social e histórico, e não um mero resultado da anatomia dos corpos. Salientam Boff e Ribeiro que:

A relação masculino/feminino não é algo dado, baseada exclusivamente em diferenças biológicas, mas se constrói ao longo do tempo: nesse sentido, só pode ser apreendida como processo, sujeita a constantes mudanças e transformações”. Para uma melhor compreensão das representações de feminino e masculino, é importante entender as demandas culturais desempenhadas por eles (BOFF; RIBEIRO, 2007, p.13).

Para Montreozol e Kahhale (2019), em relação à sexualidade, é usual na sociedade a *expressão de uma característica social chamada de sexismo*, que busca padronizar e estipular determinado padrão de comportamento para homens e mulheres. Geralmente, o sexismo é associado à posição que o machismo determina para a mulher, mas também está associado ao tratamento preconceituoso dado pela sociedade aos homens, aos homossexuais, aos transgêneros, entre outras formas de identidade sexual.

Em nossa sociedade, o sexismo se transforma em um heterossexismo, na crença de que todas as pessoas heterossexuais são, por natureza, superiores às pessoas homossexuais e bissexuais e, conseqüentemente, na imposição de que todas as relações sexuais sejam heterossexuais. Assim, o heterossexismo se qualifica por estar arraigado e ser característico das mais importantes instituições sociais, culturais e econômicas (MONTREOZOL; KAHHALE, 2019, p. 46).

Para uma melhor compreensão é interessante articular essa questão com a identidade de gênero. Isso, porque ainda há na sociedade uma distinção do feminino e do masculino, bem como a relação de poder de um sobre o outro.

Ao falar de diversidade de gênero, Colling (2018) relatou a necessidade de explicar a existência de mais de dois gêneros (homem e mulher, masculinidade e feminilidade). A sociedade, via de regra, trabalha para que as pessoas conheçam e aceitem apenas uma identidade de gênero, determinada pelo sexo, *pura, normal e natural*. Porém, muitas pessoas quebram esse binarismo de gênero. Essa dicotomia não contempla a todos os indivíduos da sociedade, nem mesmo a quem se identifica como heterossexual. Um homem heterossexual mais educado, fino, poderá vir a sofrer algum tipo de preconceito, pelo simples fato de ser *um homem de verdade*. Por isso, ele precisa ser másculo, bruto ou violento, para não sofrer com tal dicotomia de gênero, para demonstrar a sua masculinidade.

A IDENTIDADE ENQUANTO CATEGORIA HISTÓRICA E CULTURAL: INSTRUMENTOS DE ANÁLISE A PARTIR DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE

Para compreender o ser humano e sua constituição subjetiva, torna-se necessário correlacionar o sujeito em sua instância social, contemplando processos afetivos, a linguagem, a cognição e as práticas do cotidiano, que se configuram a partir do contato com a materialidade social em que se está inserido.

Isto é necessário porque a consciência é cunhada na vida social, no mundo simbólico, organizado social e historicamente, o qual fornece ferramentas, conhecimentos e técnicas de apreensão da realidade, concebendo motivos e necessidades de ação. Nesse processo de apreensão do mundo externo, com a conversão em processos singulares subjetivados, o indivíduo constitui sua identidade, reconhece-se como único e separado de outros membros dos grupos sociais de que participa.

É primordial compreender origem e a atribuição dada à palavra *identidade*, especificamente para darmos em seguida sentido a ela neste contexto. Fazendo uma busca em diversos sites de significados¹ e conceitos das palavras, todos apresentaram o mesmo resultado. A palavra identidade é uma derivação da palavra *Identitas* no Latim, que configura o conjunto de características e traços próprios que são atribuídos ao sujeito, distinguindo-o da coletividade perante os demais. O termo também se relaciona à semelhança de alguém/algo, sendo um conjunto de características que identificam uma pessoa, sejam elas físicas, comportamentais ou emocionais.

Dado o exposto, para apreensão da identidade, é preciso implicar o sujeito em sua vida social e cultural, visto que ele vai se desenvolver em acordo com a organização deste espaço, aderindo ou rejeitando, obedecendo ou resistindo às regras e conceitos impostos pela normatividade e apresentados como naturais, conformando características, comportamentos e papéis.

A partir da análise proposta por Montreozol e Kahhale (2017), depreende-se que nos vários períodos da história encontram-se diversas teorias, ideias e concepções sobre o desenvolvimento de um processo identitário a partir da realidade. Esta gama de ideias advém das diversas condições de vida material da sociedade,

¹Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, online.

uma vez que a sexualidade, assim como qualquer outra característica eminentemente humana, é uma produção que considera os aspectos materiais, ou seja, a natureza social.

Dessa forma, a constituição da identidade, assim como seus movimentos de alteração, acarreta uma trama dialética da realidade social e o sujeito, na qual as ferramentas e instrumentos mediatizados no processo de socialização exercem um papel fundamental: a linguagem e os fenômenos de natureza – incluindo as significações atribuídas pelo sujeito – funcionam como determinantes no processo de constituição da subjetividade e, por consequência, no arranjo identitário.

Ciampa (2007) expõe que as identidades refletem a materialidade social ao mesmo tempo em que reagem sobre ela, o que possibilita pensar como a constituição da identidade ocorre por meio de um contínuo processo de identificação.

Para o autor, é do contexto histórico e social que tanto se originam as determinações quanto, conseqüentemente, emergem as possibilidades ou impossibilidades, os modos e as alternativas de formar a identidade. Portanto, a identidade não é estática e implica um constante desenvolvimento uma vez que o homem é um ser histórico. É preciso compreendê-lo em sua integralidade, observando o constante devir humano e a contradição inerente aos processos sociais.

Em síntese, a identidade é aquela que emerge de aspectos que surgem do pertencimento à cultura, a um lugar específico, a um grupo, seja do ponto de vista da etnia, da religião ou dos aspectos linguísticos. Ela está em constante deslocamento, sofrendo rupturas e passando por processos de descontinuidades, de modificações e metamorfoses. Ciampa (2001) explica que a identidade é formada e transformada no interior das relações sociais, mediante circunstâncias históricas do momento. Nas palavras do autor:

[...] a identidade passa a ser também uma questão política, pois ela está imbricada tanto na atividade produtiva de cada indivíduo quanto nas condições sociais e institucionais onde esta atividade ocorre [...] (CIAMPA, 2001, p.10).

Esta colocação da identidade enquanto questão política é primordial e abre espaços e possibilidades de reflexão acerca de nós para nós mesmos ou de nós para com os outros, observado que é a partir dos outros que nos transformamos e nos (re)criamos.

Nesse sentido, Ciampa (2001) explica que somos identificados pelo olhar “alheio” – o outro nos representa sempre em relação ao que não é, imprimindo nos

sujeitos a sua marca, ou seja, o significado produzido por meio de processos de diferenciação, tomando como suporte a relação entre aquilo que é, e aquilo que não é, denotando o movimento dialético na constituição identitária dos sujeitos.

Ocorre que, a cada olhar “alheio”, cria-se uma nova identidade, um novo contato, que vão sendo incorporados pela pessoa, somando-se ao leque de identidades que compõem a singularidade e a pluralidade de identificações e características que habitam o eu. Assim, o *devenir* vai sendo engendrado pela cotidianidade das relações sociais, que são produtos do sistema de relações sociais, como as dimensões afetivas, emocionais, econômicas, políticas e culturais. A esse respeito, Ciampa (2001, p. 34) afirma: “É o sentido da atividade social que metamorfoseia o real e cada uma das pessoas”.

Berger e Luckmann (2002, p.11) corroboram esse pensamento, explicando a realidade como sendo “[...] uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente da volição [...] como fenômenos que são reais e possuem características específicas [...]”. Logo, a realidade não depende da vontade humana, mas tem relação com o meio social no qual estamos inseridos; neste sentido, é produzida a partir de ações humanas.

Desse modo, tanto a realidade quanto o conhecimento são (re)construções sociais nas quais não existe uma verdade absoluta, mas várias verdades, que são válidas de acordo com o contexto social específico em que são produzidas, dependendo ainda dos marcadores sociais, do ponto exato do afeto e do enunciado.

Ciampa (2001) explica que, porque a identidade não é estática ou única, é possível observar que ao longo da trajetória humana se assumem diversas identidades. Ainda assim, ao se assumir uma delas, não se perdem totalmente as características anteriores, justamente porque a natureza humana é dotada de uma plasticidade, a qual permite entrelaçar as variadas identidades. Trata-se então de um processo que segue as leis da dialética em que os saltos são qualitativos e vão se complexificando nas superações das contradições.

Em síntese, as representações da identidade não podem ser pensadas como uma propriedade, um produto, mas devem ser compreendidas como um processo, inscrito em uma dinâmica de contradições de ordem objetiva e subjetiva, construindo maneiras de ser e estar conforme cada contexto e momento histórico.

Então, considera-se aqui que, para o processo de identificação ocorrer, existe um modelo idealizado do ser humano delimitado pelas condições sociais e da cultura

num determinado momento histórico, a qual está permeado pelos papéis sociais e afetivo-sexuais e configurações de gênero, criados e mantidos como diretrizes do que é ser homem ou mulher em determinada sociedade; em outras palavras, as construções de identidades ideais se dão principalmente a partir de diferenças biológicas (KAHHALE, 2002).

Vale ressaltar que, para a PSH, a subjetividade é entendida como o espaço íntimo do indivíduo, é a forma como ele recebe e introjeta o que é dito em seu mundo interno, ou seja, ele incorpora e estabelece sua própria concepção do que lhe é exposto, a partir do mundo externo; isso resulta em traços próprios em sua formação, enquanto sujeito único e singular, mas também em processos de apropriação de crenças e valores compartilhados em sua dimensão cultural.

Dessa forma, pensar, sentir e agir são ações que permitem o sentimento de pertencimento – são dimensões do humano, organizadas socialmente e (re)produzidas a partir das trocas com o outro. Neste sentido, Bauman (2005) relaciona as identidades como flutuantes, algumas fruto de nossa própria construção e escolhas; outras incorporadas, inconscientemente, na relação com pessoas em nosso entorno, de modo que estar em constante reflexão sobre as determinações que configuram nossa identidade se faz necessário e é tarefa constante.

Para Bauman (2005), a identidade também não é estática, visto que precisamos nos adequar a determinadas situações, que nos exigem abdicar de modo temporário de uma parte desta identidade, e nem sempre nos damos conta desse processo. Podemos pensar que, dentro de uma identidade íntima e pessoal, há outras identidades nem sempre deixadas em evidência, pois isso dependerá do momento e do grupo social. Assim, o indivíduo não é o todo daquilo que ele manifesta em determinadas circunstâncias; antes, tudo irá depender da necessidade de ser aceito em um grupo específico, ainda que nem sempre seja algo a lhe trazer satisfação pessoal por ter de seguir e ser o que é imposto.

É possível depreender a partir do exposto que o sujeito parece viver em crise acerca de sua identidade, pois é único na multiplicidade, o que gera a sensação de que não há uma liberdade de ser quem se deseja ser, não sendo único em todas as instâncias da vida social, mas sendo vários em um único. Essa sensação de parecer ser fragmentado pode trazer para o sujeito muitas inseguranças relacionadas a sua autoimagem, não se sentindo autêntico, próprio e único em seu modo de existir; isso se dá principalmente quando a identidade do indivíduo é pautada, essencialmente,

pela diferença de classe social, raça e orientação sexual, em um contexto no qual há a pretensão de homogeneização identitária.

É pertinente reconhecer que somos diferentes e que há uma ampla diversidade cultural e social no Brasil. Pensando no papel dos psicólogos, devem-se levar em consideração questões como raça, classes sociais e diversidades sexuais. Especialmente, porque de certo modo todos estes elementos se entrelaçam e estão diretamente ligados à configuração da identidade, que é constantemente influenciada por fatores externos. Diante disso, por vezes, apresenta-se distante do estado consciente, o que permite um modo de vida pautado na reprodução dos modelos apresentados.

Ainda sobre o papel do psicólogo, denota-se que a prática clínica neste contexto presume que o campo permite a apresentação de questões relacionadas à persistência de emoções, como a tristeza, frustração, inadequação, inferioridade, baixa autoestima, entre outras; todas essas causam intenso sofrimento, o que pode desencadear desequilíbrios químicos no organismo e, assim, agravar processos de somatização, expressões da fragmentação identitária.

Feito este adendo, explicita-se que para Ciampa (2007, p. 131), “interiorizamos aquilo que os outros nos atribuem de tal forma que se torna algo nosso”. A esse respeito, é possível dizer que, no início da existência, o indivíduo recebe um nome e algumas características que lhe são atribuídas, sendo muitas delas parte do que atribui a si mesmo no decorrer da sua vida. No momento em que ele vivencia os cuidados, o manejo com seu corpo e o afeto que é desprendido destes cuidados, formando um elo que sustenta a ideia de autoimagem, a maneira como o sujeito se vê e, principalmente, percebe-se no mundo. Esse cuidado pode afetar ou não sua vida e está diretamente ligada à construção da sua identidade.

Assim, a autoimagem que o sujeito tem de si é construída ao longo de sua existência, com base nos aspectos afetivos e sociais, podendo influenciá-lo diretamente ou de certo modo ser um obstáculo para obter uma vida mais satisfatória.

Vale ressaltar que a identidade deriva da dialética entre o sujeito e a sociedade, pressupondo que o sujeito se sinta inserido em um determinado grupo, mas que tenha uma resposta social dessa inserção. É oportuno discorrer ainda sobre as relações assimétricas; isto, porque algumas estabelecem conflitos e desigualdades em um contexto da contemporaneidade, no qual instituem-se modelos hegemônicos, por

exemplo, da heteronormatividade e do eurocentrismo, que ainda repercutem no Brasil, criando padrões de identidade e de comportamento configurados no psiquismo.

Vale expor as reflexões de Kahhale e Rosa (2009, p. 47), quando citam González-Rey (1999, p.108), afirmando que a subjetividade é “a organização dos processos de sentido e significação que aparecem e se organizam de diferentes níveis no sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sociais em que o sujeito atua”.

Isto posto, em sequência, o trabalho versará sobre as identidades masculinas e femininas, considerando-as não apenas por intermédio do aparato biológico, mas transcendendo essa noção, percebendo as categorias em suas instâncias materiais e simbólicas, contemplando a perspectiva de Montreozol et al. (2019), que traz a noção de que a sexualidade é uma produção humana, a qual considera os aspectos materiais históricos, em que o ser humano é ativo no suprimento de suas necessidades, abarcando-se aí também as sexuais.

A identidade masculina: a questão hegemônica

Na intenção de introduzir o assunto da identidade masculina, vale reiterar que os pressupostos da PSH contemplam a noção de que o ser humano apenas se concebe enquanto tal através da história humana e do processo de mediação dos produtos sociais. Estes implicam uma organização cultural sob a qual o sujeito é (re)modelado, de acordo com as figuras, necessidades e motivações apresentadas pela estrutura social e tidas como naturais em um determinado momento histórico.

Neste sentido, é oportuno expor que ser masculino não é uma simples evidência na vida humana. Trata-se de um modo de ser e se expor no mundo, que vai ao encontro do idealizado pelos núcleos primários de socialização, como a família e a escola e, por consequência, a sociedade.

Corroborando esta noção, Nader e Caminoti (2014, p. 5) descrevem que, no início da vida pós-uterina, a mãe ou outro que exerça essa função, no processo de cuidados com a criança, vai reproduzindo os modelos masculinos e femininos normatizados pelo grupo social do qual faz parte. Estimula-se o menino a interessar-se na reprodução do papel masculino, e a menina, aos papéis socialmente estabelecidos para as mulheres. O sujeito menino é impelido a produzir provas de sua masculinidade, e então inicia-se um processo de hierarquização da masculinidade,

conforme detalhado nos parágrafos seguintes. Para estas autoras, a construção social da masculinidade possui um ponto basilar, que é a relação de poder masculino sobre as mulheres.

Este poder é uma relação que se estabelece entre dois polos, mas para o qual é necessário um fio condutor que possa fazer o transporte de um para o outro, podendo ser ideológico, econômico ou coercitivo (força); diante disso, o polo sobre o qual o poder é exercido deve mudar seu comportamento, adequando-se às vontades do polo que detém o poder, o que representa um processo contraditório e dialético. É oportuno dizer que essa dialética pode gerar sínteses em que a mulher poderia se colocar em relações menos assimétricas, mas isto geralmente não ocorre, pois a dominação é exercida no campo da força por meio da linguagem e do simbólico.

Bourdieu (2012) explica que a relação de força entre os agentes (os polos) não é de origem da instrumentalização de uma classe sobre a outra, mas é exercida através dos jogos engendrados pelos atores sociais, razão por que o homem é uma produção social. Assim, o simbólico é um fenômeno social que é alimentado e retroalimentado, sendo construído pelos mesmos agentes que estariam submetidos às normas, como meio e forma de controle social. O autor ainda considera que:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos [...] O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a próprio corpo, todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 2012, p.18).

Ainda acerca do processo de concepção da identidade masculina, cabe expressar que estas organizações são concebidas, em sua grande maioria, a partir do sexo biológico. Ou seja, é através de um mecanismo de diferenciação anatômica expresso em um organismo morfofisiológico que se projeta quais ritos e comportamentos aquele ser humano precisará desempenhar ao longo da vida.

Logo, pensar sobre a masculinidade implica em um recorte social dos mecanismos de manutenção e criação do que é ser masculino em determinado tempo histórico e social. Em se tratando de masculinidades ibero-americanas, Almeida (1996) traz, em um estudo realizado em Portugal, que a noção de masculinidade

possui um caráter móvel e contingente, o qual emerge quando se analisam comunidades que desempenham o diálogo e o conflito, seja através dos variados modelos de masculinidade seja até mesmo com o feminino; isto, porque o sujeito se altera com as diferentes situações de interação.

Isto corrobora os pensamentos de Ciampa (2001, 2007), os quais apresentam como a identidade é um processo mutável, que implica a constituição de diversos personagens, que desempenharão atividades diferentes em consonância com os estímulos e necessidades presentes em cada contexto.

Logo, delimitando a questão para a masculinidade, conjectura-se que não se trata apenas de uma masculinidade, mas sim de várias, que são demarcadas de acordo com o seu uso específico em cada momento.

Entretanto, em relação a pesquisas científicas, é preciso um cuidado especial no tema das masculinidades. Especialmente, porque, conforme exposto por Oliveira (1998), em um levantamento sobre as masculinidades, existe um machismo imbricado aos processos de socialização, dado que o fenômeno é tido como natural e o legado dos mecanismos de diferenciação e privilégio conferem ao grupo hegemônico o benefício de se posicionar de modo mais conveniente.

Neste sentido, em uma revisão da literatura acerca do masculino, Connel (2013) traz a noção de masculinidade hegemônica, explicando que esta funciona como um padrão normativo, visto que se incorpora na forma mais honrada de ser um homem, exigindo que os outros homens e até mulheres se posicionem em relação a ela de modo subordinado.

O conceito foi trabalhado em pesquisas como a de Sabo e Gordon (1995) que implicaram os determinantes sociais da saúde. Nesta oportunidade, os autores utilizaram o conceito de múltiplas masculinidades e, principalmente, de masculinidade hegemônica, na intenção de compreender as práticas de saúde dos homens, versando sobre comportamentos que envolvem risco e a dificuldade para lidar com incapacidades e ferimentos.

Skelton (1993) também utilizou tal categoria para compreender as relações no âmbito da educação, problematizando dinâmicas da vida em sala de aula, especificamente no que se refere ao *bullying* entre meninos. O autor implicou a questão das identidades de professores em grupo, principalmente os de educação física, considerando que uma das formas de performar o masculino se dá através da demonstração de força física através das práticas esportivas, momento em que

aqueles que não atendam aos pré-requisitos são marginalizados do grupo hegemônico.

Messner (1992) corrobora tal noção ao demonstrar que a masculinidade hegemônica nos esportes profissionais reproduz hierarquias exageradas e assimétricas entre os praticantes. Isso acarreta consequências tanto para os vitoriosos dessa batalha quanto para os que perdem, formando danos emocionais e físicos oriundos da performance masculina.

Isto posto, vislumbra-se que os homens, de modo geral, implicam-se como uma medida padronizável:

Assim, os homens brancos de classe média quando se olham no espelho se vêem como um ser humano universalmente generalizável. Eles não estão capacitados a enxergar como o gênero, a raça e a classe afetam suas experiências. Não é o que ocorre com os negros, pobres, mulheres, gays e todos os que de uma forma ou de outra vêem-se como “diferentes (KIMMEL; MESNER apud OLIVEIRA, 1998, não paginado).

Este entendimento demarca o funcionamento de uma sociedade baseada em uma relação hierarquizada, de modo que seus delineamentos são incorporados ao ordenamento social, mantido pelas instituições sociais, e se encontram legalizados no ordenamento normativo dos regimes (MARTÍN-BARÓ, 1985).

Assim, vale realizar um adendo: colocar a questão das masculinidades como centro de produção da vida não é sinônimo de dizer que esta permanece em uma lógica de dicotomização da sexualidade, ou seja, como estanque em seus rituais e expressões de acordo com um modelo, o que acarretaria uma noção essencialista.

Neste sentido, a identidade masculina não é uma evidência imediata na vida, pois o desenvolvimento deste identitário resguarda dependência de toda a construção da identidade pessoal e de suas relações com os papéis sociais que têm orientado a socialização sexual. Logo, a masculinidade humana é abarcada por fatores ideológicos e sociais que nos submetem à raiz biológica, também ambígua, constatando que homem e mulher (enquanto gênero) constituem duas faces do ser humano (MONTREOZOL, 2017).

Isto implica considerar que para o processo de identificação ocorrer, presume-se um cerceamento da estrutura social, que está permeada pelos papéis sócio-sexuais e configurações de gênero, criadas e mantidas como diretrizes do que é ser homem ou mulher em determinada sociedade, ou seja, as construções de identidades

ideais estão baseadas principalmente em diferenças biológicas (MONTREOZOL, 2017).

Assim, as contribuições de Oliveira (1998) são essenciais para o desenvolvimento da categoria de masculino. A esse respeito, o autor aponta que preexiste também uma assimilação dela pela via do capitalismo, observado que existem muitos privilégios masculinos, que usam do sexismo como elemento de favorecimento dos mecanismos de subordinação. Isso se dá tanto entre os sujeitos masculinos quanto no diálogo entre o feminino e o masculino.

Além disso, o autor faz considerações sobre a alienação deste universo, tecendo críticas a Nolasco (1993), quem, nas palavras do primeiro, solapa a masculinidade ao considerar que o trabalho para os homens, nas sociedades capitalistas, é visto como tensão ou um “mergulho no vazio”, observado que este é utilizado pelos homens para reduzir a visão crítica sobre eles mesmos, reproduzir valores patriarcais e alimentar disputas nos jogos de poder.

Para Oliveira (1998), esta perspectiva adotada por Nolasco permite a adoção de um discurso vitimizante, visto que se buscam razões de ordem social para justificar a situação de vítima do homem, recorrendo às agruras do capitalismo e àquelas do papel masculino.

Em outras palavras, a categorização da masculinidade hegemônica deve explicitamente reconhecer a possibilidade de democratização das relações de gênero e da abolição de desigualdades de poder, e não apenas a reprodução da hierarquia, o que findaria com a reprodução dos modelos a serem questionados e problematizados.

Neste sentido, Oliveira (1998) corrobora os pressupostos da PSH, observando que não se trata apenas de perceber o sujeito como mero produto social, ou seja, transposição dos mecanismos de organização da sociedade. Antes, deve se tratar de um sujeito ativo do processo de socialização, que se responsabiliza pelas suas atitudes e possui o potencial de refletir sobre elas.

A identidade masculina identifica e justifica o papel do homem na sociedade. A criança do sexo masculino é estimulada a exercer atividades que sejam correspondentes ao masculino, é incentivada a exercer papéis condizentes com o seu gênero perante família, amigos, escola e sociedade. No ambiente familiar e nas relações parentais, iniciam-se os processos de subjetivação e a transmissão de comportamentos. Caso não corresponda, o menino é repreendido, podendo até

mesmo vir a ser punido, vivenciando *bullying* e outros tipos de assédios.

Este fato leva Connell (2013) a inferir que a ideia de hierarquia das masculinidades é um padrão de hegemonia, não simplesmente um padrão de hegemonia baseado na força. Isso, porque existe a centralidade discursiva, a institucionalização e a marginalização ou deslegitimação de alternativas às masculinidades socialmente determinantes.

O autor se utiliza da revisão literária para conceber a noção de que, em todos os níveis sociais, as masculinidades foram elaboradas e se alteraram ao longo do tempo, suscitando novas estratégias das relações de poder que resultaram em redefinições da masculinidade socialmente admirada. Connell (2013) explica também que alguns fatores devem ser levados em conta quando se analisa as masculinidades, tais como: a natureza das hierarquias de gênero; a geografia das configurações de masculinidade e o peso social no processo de incorporação da masculinidade; e a dinâmica da sociabilidade entre os atores do gênero.

Cabe expor que as relações entre masculinidades reconhecem o agenciamento dos grupos marginalizados e subalternizados, que são condicionados pela sua especificidade local. Isso, por sua vez, implica a atenção sobre as práticas históricas das hierarquias de gênero entre feminilidades e masculinidades.

Connell (2013) explica que existem três níveis de atenção nas pesquisas em masculinidade: 1) local – observando as interações face a face das famílias, das organizações e das comunidades imediatas; 2) regional – construídas no nível da cultura ou do Estado-nação; e 3) global – construídas nas arenas transnacionais das políticas mundiais, como nas mídias e comércios deste nível.

Já em se tratando especificamente do processo de incorporação social, vale lembrar mais pressupostos de Connell (2002), que nos orienta a compreender os corpos como agentes e objetos da prática social. Ou seja: compreender a masculinidade e o ser masculino como produto e produtor dos discursos sociais.

A partir deste bojo teórico-metodológico é possível versar sobre a dinâmica da identidade masculina, percebendo as contradições internas entre as práticas que constroem a masculinidade. Isto permite compreender formações através das emoções e dos desejos contraditórios em relação às estratégias de assentamento dos gêneros em determinado momento histórico.

Connell (2013) explica que as masculinidades hegemônicas tendem a envolver padrões específicos de divisão interna e conflito emocional, uma vez que detêm uma

associação com o poder generificado. Schwalbe (1992) explica que faz parte da manutenção do poder a desumanização de outros grupos, o que corresponde ao definhamento da empatia e do envolvimento emocional subjetivo.

A identidade feminina: (im)possibilidades

É oportuno observar que os pressupostos formativos da identidade masculina – os quais ocorrem por meio do padrão hegemônico de concessão da sexualidade, mediada pelas estruturas sociais de formação do psiquismo – abarcam tanto homens quanto mulheres, apesar de afetarem ambos de maneira assimétrica.

Conforme demonstrado anteriormente, a organização social através da ação histórica permitiu modos de socialização desigual, baseados no aparato morfofisiológico dos seres humanos, concebendo desigualdade nos estímulos que possibilitam a constituição do psiquismo e, por consequência, dissimetria nos processos formativos de homens e mulheres.

Na análise de constituição da identidade feminina, é preciso considerar a base de uma sociedade heteronormativa que se estabelece pelo reforço das estruturas patriarcais, que são organizadas de modo a permitir hierarquia entre os gêneros – e na maioria das vezes conferir lugar subalterno à mulher.

Neste sentido, há um cerceamento das instituições sociais que faz a mulher ocupar um espaço determinado e figura ações de acordo com um modelo pré-concebido das expressões e pensamento. Ora, isto se dá porque, desde o nascimento, as mulheres são ensinadas e estimuladas a executar tarefas específicas, tais como as domésticas, as maternas e as de cuidado.

Isso é diferente do que ocorre com meninos, que são estimulados a ser servidos, a praticar atividades físicas e de lazer; conseqüentemente, eles obtêm mais tempo para dedicar-se aos estudos, cursos e outras atividades que estimulem seu desenvolvimento subjetivo.

Esta diferença culmina em claro prejuízo para as meninas, observado que esta forma de cerceamento é responsável pelo modelo de mulher submissa e distante do protagonismo da vida social. Instituições, como a família, a igreja, a educação e o trabalho representam formas de manutenção das identidades sexuais e, portanto, das identidades femininas (LOURO, 2010).

Define-se o que é ou não aceitável para as mulheres, sendo imposto de forma

violenta que elas se enquadrem no modelo pré-concebido e protagonizem sua vida em conformidade com o que lhe é imputado. Rossi (2010) exemplifica bem esta questão ao dizer que

No universo patriarcal a mulher sempre foi relegada ao espaço privado, um espaço que ao mesmo tempo a esconde do mundo ativo, do mundo público e masculino da construção do saber, e a reprime enquanto sujeito pensante, pois o privado é o dentro de casa, o claustro, o túmulo que sela com perpétua inércia a expressão e expansão do intelecto feminino (ROSSI, 2010, p.199).

Corroborando esta ideia, Saffioti (1987) explica que:

Ao se atribuir a elas a responsabilidade praticamente exclusiva pela prole e pela casa, já lhes está, automaticamente, reduzindo as probabilidades de desenvolvimento de outras potencialidades de que são portadoras [...]pode-se, pois, detectar, ainda uma vez, o processo de naturalização de uma discriminação exclusivamente sociocultural. A compreensão deste processo poderá promover enormes avanços na caminhada da conscientização quer de mulheres, quer de homens, a fim de que se possa desmistificar o pretensão caráter natural das discriminações praticadas contra os elementos femininos (SAFFIOTI, 1987 p. 14, 15)

Para Vieira (2005), o sujeito recebe influências em sua construção identitária em cada momento histórico, com particularidades e valores de cada época, principalmente na constituição da identidade feminina:

por estarem submissas a momentos históricos específicos, que abrigam experiências particulares, emoções e vivências culturais que permitem a construção social da subjetividade da mulher (VIEIRA, 2005, p. 214).

Tal afirmação ganha sua veracidade como quando se analisa, por exemplo, a utilização das pílulas anticoncepcionais, pois este fármaco potencializa a divisão entre sexo e reprodução, permitindo que a mulher perceba e sinta o sexo não apenas como meio de reprodução. Montreozol (2019) explica que essa liberação sexual, somada a outros movimentos sociais, possibilitou a Revolução Sexual.

O autor explica que as décadas de 1960 a 1980 foram demarcadas pelas sociedades ocidentais como uma virada no processo histórico de compreensão da sexualidade, visto que ela se insere no cotidiano por meio do desejo e das possibilidades relacionais, distanciando-se da lógica do sexo enquanto meio de reprodução.

Apoiando-se nos movimentos feministas de direitos à contracepção, à interrupção da gravidez e ao prazer sexual, as mulheres reivindicam um lugar social que as aproximasse do protagonismo da vida de modo independente. As diferenças

existentes entre os gêneros feminino e masculino começam a ser reconhecidas como injustas em nível político e institucional.

Desta forma, a superioridade do masculino sobre o feminino deixou de ser encarada como algo natural e começou a ser considerada como uma situação censurável de um ponto de vista ético, portanto, passível de intervenção por parte das políticas públicas.

Gregori (2010) explica que a década de 1970 representa um marco no avanço das lutas das mulheres, visto que o direito ao divórcio e o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos possibilitaram um avanço sobre os processos de socialização e performance da vida das mulheres.

Rubin (1975) desconstrói uma noção essencialista que se atribuiu a sexualidade, reprodução e origem da desigualdade de gênero, apontando que o patriarcado, estrutura de compreensão da opressão feminina, detém as ferramentas necessárias para explicar as desigualdades de gênero. Esse processo se baseia em como o sistema sexo-gênero deveria ser visto como “um conjunto de medidas mediante o qual a sociedade transforma a sexualidade biológica da atividade humana e essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975, p. 2).

Tal afirmação permite compreender que o sistema patriarcal e capitalista permite uma compreensão funcional do sistema sexo-gênero, uma vez que nas sociedades que contemplam este modelo [patriarcal e capitalista] existem divisões e classificações da sexualidade e identidades sexuais responsáveis por hierarquizar o sexo e a sexualidade, entre bom e mal, normal e anormal e/ou natural/não natural. Nesse sistema de produção o modelo de feminino configura-se como complementar e subalterno em relação ao modelo masculino, apesar das contradições expressas nestes modelos entre o cuidado da esfera privada e a inserção no mundo do trabalho. Tal fenômeno se manifesta por meio da heteronormatividade, vista como regra nas sociedades capitalistas. Toma-se exemplo o núcleo familiar, que é formado pelos pais, filhos, parentes e agregados, sendo considerado uma verdadeira unidade de produção, através do incentivo à procriação: quanto maior a família, melhor a condição de sobrevivência [principalmente, nas zonas rurais]. Além do mais, é possível observar que o legado do capitalismo fez contribuições significativas acerca dessa noção, visto que, com o advento da família heteronormativa, torna-se possível repassar o acúmulo de bens aos herdeiros. A esse respeito, Engels (2009, p. 7-8) faz as seguintes considerações:

A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro [...] Contudo, no marco dessa estrutura da sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, as diferenças de riqueza, a possibilidade de empregar força de trabalho alheia, e com isso a base dos antagonismos de classe.

A partir dessas contribuições percebe-se que a instituição familiar heteronormativa composta por homem e mulher não serve apenas como elemento fomentador de preconceitos e mecanismos de coerção diante dos grupos que fogem a essa norma social. É perceptível que este modelo serve de manutenção dos processos de alienação e exploração, visto que se alinha também com a força produtiva na sociedade capitalista, além de possibilitar a transferência do acúmulo de capital aos descendentes, em um primeiro momento. Essa transferência é possível unicamente para as famílias detentoras dos meios de produção, pois, para os assalariados e classes populares, a transferência se dá pelo acúmulo do capital simbólico e das condições de desigualdades e de pobreza, perpetuando os mecanismos de apropriação, alienação e exploração do capital.

No Brasil, o machismo muitas vezes é uma conduta tida como natural. Isto se reflete em várias esferas sociais, configurando modos desiguais de concessão e usufruto das produções sociais e culturais que possibilitam o desenvolvimento subjetivo. É algo que se dá na esfera do emprego, por exemplo, que carrega um histórico de lutas por parte das mulheres, as quais ainda ocupam postos de trabalho mais vulneráveis e com baixos salários.

CATEGORIA HISTORICIDADE: O PROCESSO DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

Considerando as condições sociodemográficas dos casos que serão analisados nesse trabalho, cabe uma análise das condições sociais das classes populares devido à desigualdade que assola o nosso país desde os primórdios de sua colonização. Infelizmente, muitas pessoas são prejudicadas por falta de implementação de políticas públicas, e assim a taxa de desemprego, por exemplo, é sempre crescente, assim como a taxa de admissão em universidades públicas, entre outras disparidades.

A categoria analítica de exclusão social, para Costa e Ianni (2018), é relativamente recente na literatura, tendo seu início na segunda metade do século XX, na Europa. O ano de 1974 constitui-se como um marco na compreensão dessa categoria, que estava vinculada ao sentido de inadaptação social. Trata-se, portanto, de um fenômeno irredutivelmente social, com a compreensão original de uma disfunção da sociedade, pois uma economia em expansão tende a excluir os grupos que apresentam diferenciação física, psíquica e social.

Para Rezende (2019), a desigualdade social e a pobreza são consideradas problemas sociais que afetam a maioria dos países no mundo, especialmente o Brasil. Em relação a eles, são observados fenômenos, como a favelização, falta de saneamento básico, desemprego e má alimentação, justamente alguns dos problemas que acometem o país nesse cenário.

De acordo com Azevedo (2017), a história tem muitos exemplos de exclusão de indivíduos e grupos. Ele descreveu três formas de exclusão: a erradicação, quando há a eliminação/matança de etnias/indivíduos; o degredo, que é a expulsão de um povo (judeus da península ibérica) ou tribo; e a privação de direitos, quando há a negação dos direitos básicos contidos em na constituição (educação e saúde, por exemplo).

Costa e Ianni (2018) definem exclusão social como processos sociais de discriminação, estigmatização e vulnerabilidade. É um processo de privação no qual estão inclusos a pobreza, a discriminação, a subalternidade, a iniquidade e todas as formas de desigualdade.

Para Pinto e Guerreiro (2016, p.175), o termo exclusão social tem sido apropriado pelo discurso político como a simples inadaptação da pessoa ao meio onde

vive. A noção de exclusão social surge associada à existência de um contexto de referência baseado em cinco sistemas sociais básicos (social, económico, institucional, territorial e simbólico), do qual se é ou não excluído.

Em primeiro lugar, a exclusão de ordem social, define-se por uma exclusão ao nível dos laços, diz respeito aos grupos sociais que não possuem lugar na sociedade, devido à sua organização e estilos de vida predominantes, e como exemplo temos os idosos ou pessoas com deficiências físicas e/ou motoras. A exclusão social de ordem cultural, como o próprio nome indica, refere-se à exclusão derivada aos traços culturais dos sujeitos, como por exemplo a etnia ou a nacionalidade, estando assim diretamente relacionada com o racismo, a xenofobia e a dificuldade de integração das minorias. O modo de exclusão social económica diz respeito aos rendimentos dos indivíduos, estando relacionada com a pobreza. Em penúltimo lugar, os sujeitos excluídos por modos de exclusão patológica são os indivíduos com problemas de saúde, quer a nível psicológico como mental, de que são exemplo os doentes psiquiátricos. E por último, exclusão social por comportamentos autodestrutivos diz respeito àqueles indivíduos que se colocam numa situação prejudicial para eles próprios, por exemplo, comportamentos relacionados com a prostituição ou o alcoolismo. Este tipo de exclusão final possui, geralmente, origem na pobreza (PINTO; GUERREIRO, 2016, p.176).

A discussão sobre exclusão social teve sua origem no aumento de indivíduos sem-teto, de pobreza urbana, desemprego de longo prazo, principalmente entre as minorias étnicas e imigrantes, além de pela grande dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho e do analfabetismo no país.

Dentro deste panorama, Cruz e Costa (2018) mostrou que existem diversos estudos no Brasil nos quais alguns grupos receberam visibilidade especial, como os moradores de rua, os indivíduos tocados por questões de raça e cor, os usuários de drogas, vítimas de violência contra mulheres pobres e indígenas, entre outros. Eles são a parte “desnecessária” da sociedade, ou os excluídos, ou ainda vítimas da exclusão social.

Desse modo, para Camardelo e Peruzzo (2009), a exclusão social é um processo que implica diretamente a falta de acesso de uma parcela da população – que vem aumentando – ao uso de bens, serviços e recursos oferecidos à sociedade, para suprir as suas necessidades básicas e essenciais. Além disso, ocorre a falta de acesso à segurança, à justiça, ao lazer, aos meios de transporte, à qualidade ambiental, entre outros, o que caracterizaria a falta de acesso à própria cidadania em todos os seus diferentes níveis, seja político, econômico, social, educacional e/ou cultural, provocando alterações na dinâmica e na estrutura das cidades.

Segundo dados do IBGE (2019), o Brasil apresenta persistentemente uma grande desigualdade social. Ao se focar no ano de 2018, vê-se que a renda média

mensal da população 1% mais rica foi 34 vezes maior do que da metade mais pobre. Considerando as pessoas abaixo da linha de pobreza, o grupo formado por pessoas negras era quase três vezes maior do que o de pessoas brancas.

As chamadas cotas sociais e raciais, segundo Oliveira, Maia e Lima (2020) expandiram-se com cursos no ensino superior e seu financiamento através do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (ProUni). Elas justamente têm aumentado a participação de grupos sociais menos favorecidos, de negros e pobres, salientando as mudanças e participação desses grupos no mercado de trabalho em condições sociais mais justas. Especialmente, porque quando se considera a cor da pele dessas pessoas, outras desigualdades aparecem, como rendimento menor, cargo hierárquico menor dentro das organizações. Esse processo é analisado por Sawaia (2002) a partir da dialética inclusão/exclusão, ressaltando as contradições que constituem o fenômeno da exclusão, pois contém em si a sua negação, visto que a sociedade exclui para incluir; essa é uma condição da organização social desigual, que promove uma compreensão ilusória de inclusão (perversa), como os processos citados acima das cotas raciais. A dialética inclusão/exclusão produz subjetividades específicas, que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado (aspectos que serão explorados nos estudos de caso que são objeto de estudo dessa pesquisa).

O estado de São Paulo e, principalmente a capital paulista, são considerados o maior polo financeiro do país, neles concentrando-se a maior parte da produção e bens de consumo de todo o estado. Há filiais de grandes empresas internacionais, instituições financeiras, um vasto polo cultural e social, sem falar nos grandes centros hospitalares e nas melhores universidades públicas do país. Segundo dados coletados do último censo do IBGE (2010), para uma população de 11.253.503 pessoas, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 4,3 salários-mínimos; para uma proporção de pessoas ocupadas a população total era de 45.8%, sendo 31,6% percentual da população com rendimento nominal mensal de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo.

Os bairros adjacentes à capital paulista são áreas pobres, afastadas e totalmente negligenciadas pelo poder público, tendo pouca infraestrutura, com assistência escassa, desde o saneamento básico até à segurança pública; sobre esta última, muitas vezes faz-se uso excessivo de força, causando um número exorbitante de ações letais para os jovens pobres, que em sua grande maioria são negros.

Nestes bairros ocorre a marginalização de pessoas que sofrem pela desigualdade de oportunidades imposta pela sociedade. É na periferia onde se concentra o maior número de pessoas de baixa renda. Assim, com pouquíssimos recursos, por falta de melhores possibilidades, estas são levadas a uma realidade de segregação involuntária, pois os que possuem mais recursos migram para os melhores bairros. Um dos exemplos mais chocantes apontado pela revista eletrônica *Labcidade* da FAU-USP, em novembro de 2019, é de que a idade média ao morrer em Cidade Tiradentes é 57,3 anos, sendo que em Moema é de 80,6 anos. Esta disparidade não está relacionada somente ao morrer, mas a todas as esferas de vida que se configuram na periferia.

Na opinião de Camardelo e Peruzzo (2009), a pobreza é um fator predominante de impedimento para que as pessoas estejam e se sintam como iguais na sociedade, de modo que possam fazer parte da comunidade e desenvolvam suas habilidades e talentos; acontece que literalmente essas pessoas sentem-se e são excluídas, como apontado por Sawaia (2002) no fenômeno inclusão/exclusão social. Muitas acabam afastando-se, limitando-se ao mundo que aparentemente pertence a todos, mas não é, necessariamente, igual para todos; isso se dá porque esta condição é afirmada o tempo todo quando assistimos a propagandas na mídia, a novelas que exibem uma realidade invejável de consumismo e a vaidade e todo meio de sedução que é investido pelo marketing para vender e vender.

De certo modo, esta imposição obrigatória de consumo desenfreado pode gerar nos menos providos de recursos um sentimento de desvalia, no qual suas habilidades são insuficientes, razão por que devem mais respeito aos outros do que a si mesmo; isso acaba evoluindo para uma autoavaliação negativa e acarretando sofrimento psíquico, por estes se verem como responsáveis por uma situação de desigualdade e inferioridade. Devido à naturalização da pobreza, diante destes fatos, conclui-se que provavelmente, especialmente nos sujeitos pobres e excluídos, há um sentimento de vergonha e de impotência, pois a sociedade perversa não lhes pertence e não os deseja; antes, ela é somente para os vencedores, para os ricos que têm posse e dinheiro, tornando sua condição de miserabilidade e desamparo em forma devastadora.

Os dois casos atendidos que aqui serão abordados trazem não apenas questões relacionadas a sexualidade, corporeidade e identidade de gênero, mas também a situações em que o desfavorecimento social está em evidência e é gritante

frente ao sofrimento que se apresenta, muitas vezes marcado que está no próprio do corpo e não somente na fala.

A CLÍNICA POTENCIALIZADORA NA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

A clínica na perspectiva PSH surge a partir de uma crítica à ciência psicológica advinda do processo de dicotomização e capitalização do saber, que repercute nas técnicas de avaliação, testagem, compreensão, acolhimento e clínicas da psicologia. Logo, há um distanciamento das práticas tradicionais, na intenção de proporcionar um conhecimento empírico e teórico que não se desvencilhe da realidade e permita desdobramentos sobre esta.

A clínica em PSH emerge como uma alternativa crítica da prática psicológica, em razão de seu estabelecimento se dar por meio do materialismo histórico e do método dialético. Nesta lógica, a compreensão do sujeito está pautada nas mediações históricas dos meios de produção e das necessidades que o ser humano tem.

Furtado (2011) expõe que a gênese do psiquismo humano tem seus determinantes na base material e sua expressão suplanta o arcabouço biológico, constituindo o campo da subjetividade. Nas palavras de Vigotski:

[...] o reconhecimento da unidade desse processo psicofisiológico conduz-nos obrigatoriamente a uma exigência metodológica completamente nova: não devemos estudar os processos psíquicos e fisiológicos de forma separada, visto que, desgarrados do conjunto, tornam-se totalmente incompreensíveis; devemos, portanto, abordar o processo em sua totalidade, o que implica considerar ao mesmo tempo os aspectos subjetivos e objetivos (2004, p.145).

Assim, a lógica dialética de pensamento nos permite incorporar à ciência psicológica uma apropriação de conteúdo contrária aos métodos positivistas e lineares, visto que compreendemos o sujeito a partir da contradição do real, o que implica pautarmos nosso entendimento no movimento da vida humana. Essa ressalva é importante porque neste transcurso que se resguarda o processo de contradição do real, revelando, no que se apresenta na contemporaneidade, resquícios de um outro momento, que emerge para caracterizar o presente.

Isto posto, é possível conjecturar que a clínica em PSH trabalha não apenas com o discurso, mas também considera o processo de construção do mesmo, observando sua dinâmica dialética e seus recortes macrossociais que permitem chegar a sua síntese. Neste sentido, a escuta terapêutica é imprescindível para a prática clínica. Para Kahhale e Montreozol (2019), o terapeuta precisa promover, não somente a reprodução, mas a produção da vida e espaço social que possibilite ao

sujeito usá-la como meio de se recriar e transformar o mundo em que vive, pois estão inseridos em uma dialética na dinâmica social.

Assim, a psicoterapia para a PSH é reconhecida como uma construção mútua, na qual o cliente expressa suas queixas e emoções advindas das suas vivências (perejivanie), que se constituíram na vida social; com isso, o psicoterapeuta permite o avanço sobre esses processos, criando espaço para a alteridade, em conformidade com a dinâmica da vida social. O encontro terapêutico, para Newman e Holzman (2002, p.227) seria um “local mágico onde as mentes se encontram, onde as coisas não são iguais para todos os que as veem, onde os significados são fluidos, e onde a construção de um indivíduo pode preencher a de outro [...]”.

Nesta perspectiva, a elaboração de demandas que surgem no processo terapêutico ocorre por meio da internalização, em que os processos externos (sociais) são convertidos em processos internos (pessoal), atribuindo sentido e significados únicos, tanto pelo sujeito quanto pelo psicoterapeuta, os quais que se posicionam de modo ativo no processo.

Para tanto, o psicoterapeuta utiliza técnicas gerais e até mesmo específicas, estabelecendo uma compreensão empática e oferecendo um ambiente acolhedor ao cliente, para que ele possa nomear suas demandas, gerando meios de reflexão, que estabelecem autocrítica e permitem trabalhar numa relação em que o cliente possa construir novos significados e sentidos. Assim, é possível conceber um espaço em que se lide com as suas necessidades, angústias e sofrimento psíquico, articulando suas condições sócio-históricas; trata-se de algo que permite compreensão dos processos e o registro individual de significados e sentidos pessoais. No processo psicoterapêutico, o diálogo requer uma representação absoluta na linguagem falada, que promove os processos da consciência, o processo de ressignificação e a criação de sentido, como definiu Vigotski (2001, p.474):

Da linguagem interna para a linguagem externa ocorre uma transformação dinâmica complexa – uma transformação de uma linguagem predicativa e idiomática para uma linguagem sintaticamente decomposta, compreensível para todos.

Esta colocação permite compreender que o plano individual não é apenas uma transposição do social, visto que a transformação da linguagem interna em externa implica a apropriação da realidade por parte do sujeito; este, por sua vez, torna isto possível a partir da sua atividade. Conjectura-se que o sujeito modifica o

social, de forma que o social representa a possibilidade do novo, da criação. Vigotski (2001, p.132) explica que os signos desempenham papel essencial neste processo, observando que são instrumentos convencionais de natureza social, ou seja, o meio de contato do sujeito consigo mesmo e com a própria consciência.

As palavras desempenham um papel central não só no desenvolvimento do pensamento, mas também na evolução histórica da consciência como um todo. Uma palavra é um microcosmo da consciência humana. (VIGOTSKI, 2001, p.132)

Nesse sentido, quando alguém busca pela psicoterapia, traz para o processo sua carga de história individual e social, que se externaliza por meio do discurso ou do corpo, representando uma vivência única (*perijvania*), exclusiva daquele sujeito, que passa a ser compreendida e apreendida na troca da relação terapêutica, possibilitando uma reestruturação de seus significados e sentidos pessoais.

Este espaço material, dialógico e reflexivo permite ao sujeito compreender melhor suas vulnerabilidades e fragilidades, podendo encontrar meios mais criativos para solucionar suas questões, com menor sofrimento e maior capacidade de ação frente às queixas, o que possibilita maior integração subjetiva.

Vale ressaltar que acionar mecanismos de ação humana implica a compreensão de condições e elementos que são criados a partir de um conjunto sociocultural, o qual, em simultaneidade com a estrutura biológica humana, fornece ferramentas e instrumentos que permitirão o domínio e desenvolvimento mais refinados dos processos psíquicos. Ou seja, a dialética entre objetividade e subjetividade possibilita a apreensão do mundo e a satisfação das necessidades dos sujeitos, que se posicionam de forma ativa na estrutura social.

Assim, é possível compreender que os significados dos atos humanos são encontrados na conformação sócio-histórica da atividade vital, que se relaciona à linguagem e ao trabalho social, concebidos na atualidade como sínteses de processos sociais.

Isto demarca uma diferença grande em relação às perspectivas reducionistas, as quais assinalam que o sujeito se constitui com base apenas em fenômenos internos, amadurecendo determinado potencial, ou é um simples reflexo do meio. Conforme Leontiev: "o reflexo da realidade objetiva pela consciência não se produz passivamente, mas de maneira ativa, criativa, sobre a base no decorrer da transformação prática da realidade" (1978, p.121).

Logo, cabe ao psicólogo compreender o sujeito não apenas em sua história de vida pregressa, mas também em sua capacidade de ação. Neste sentido, isso implica num trabalho consistente e mútuo, no qual o terapeuta precisará se conhecer para manter uma postura reflexiva, acolhedora, fluida e aberta às situações e demandas que seu cliente traz.

Torna-se necessário ao psicoterapeuta apropriar-se de suas questões para que elas não sejam referências na escuta do cliente, além de ter consciência que, apesar de certa proximidade com a demanda do cliente, o encontro é único, assim como a singularidade de seu cliente pode não ser semelhante a sua própria; principalmente quando houver diferenças referentes aos grupos sociais e de classe social a que possa pertencer. O cliente tem sua vivência inserida em condições sócio-históricas próprias da classe social a que pertence.

Quando o terapeuta naturaliza a cultura, as crenças, os valores e as teorias pessoais e/ou do grupo a que se filia, pode agredir a existência e a singularidade dos sujeitos/clientes, visto que isto leva a tomar como padrão único e exclusivo sua própria experiência, e não as condições nas quais o sujeito está inserido; dessa forma, anulam-se as potencialidades de (des)construção que emergem no discurso daquele que está em processo de psicoterapia.

Em outros termos, a naturalização dos fenômenos psicológicos ou da subjetividade humana é o mesmo que negar as contradições inerentes aos processos humanos, que se configuram como históricos, modificando-se ao longo do tempo e do espaço de acordo com as contradições da materialidade, tais como raça/etnia, classe social entre outros condicionantes.

A PSH trabalha com demarcadores sociais, tais como classe, raça/etnia, gênero, sexualidade, entre outros. A partir disso, o terapeuta fornece aos sujeitos ferramentas que permitam o reconhecimento do seu potencial e faz com que ele se perceba como agente de transformação da realidade, não só de si, mas do seu entorno. Afinal, à medida que o homem se transforma e transforma o ambiente, este também transforma o homem num movimento dialético.

Então, aproximar o sujeito/cliente das suas condições históricas e sociais é fazer com que ele possa desenvolver sua consciência, percebendo suas crenças, afetos, ações e limitações, que foram configurados ao longo do seu desenvolvimento enquanto ser humano. Trata-se de um processo dialético, de reconhecimento e ação.

É preciso o reconhecimento da inserção em um contexto sócio-histórico,

configurado/apropriado nas experiências, vivências sociais e singulares dos sujeitos, que afetam as suas relações no trabalho, no amor, na sexualidade, na família, nas escolhas e na vida de modo geral.

Nega-se, assim, a dicotomia objetividade-subjetividade, pois a realidade é um ponto preexistente, conforme explica Leontiev (1978), condição a qual faz parte da subjetividade de cada um. Em vista disso, a objetividade é negada em si mesma, enquanto polo dialético da contradição, pois é também concebida pela realidade subjetiva. Isto implica o enfoque do movimento e as contradições inerentes à realidade.

[...] o processo de criação de um sentido, de uma interpretação para o mundo e suas relações já seria uma forma de criação de novas combinações: não é a realidade que simplesmente “se reflete” na consciência, mas também o indivíduo que a reconstitui ativamente e nela interfere, produzindo uma nova versão da realidade externa e das próprias vivências representadas na palavra (TOASSA, 2006, p.72).

Cabe ao psicólogo dispor de uma postura que não naturalize e normatize, distanciando-se do autoritarismo do saber científico e aproximando-se de uma postura fluida, aberta às situações e demandas que possam surgir. É preciso ter consciência de que caso o terapeuta tenha certa proximidade com a demanda do cliente, o encontro é único e a singularidade de seu cliente pode não ser semelhante a sua própria, principalmente em relação aos grupos e à realidade social de que participam ou já participaram em outros momentos de vida.

É oportuno dizer que a psicologia carrega em seu bojo teórico e prático ferramentas que permitem a reflexão e o avanço sobre queixas iniciais. Entretanto, a PSH rompe com lógicas tradicionais que engessam o processo da psicoterapia, observado que a reflexão dialógica e ativa dos atores no fazer terapêutico permite aproximar o sujeito do seu sofrimento psíquico e de tudo que ele possa estar vivendo e que, por vezes, não foi integrado ao seu mundo interno.

É por meio da troca dialógica, construída na relação terapêutica e na partilha dos sentimentos que o psicólogo atua como um facilitador/mediador das contradições inerentes ao processo de constituição da vida e das reais possibilidades de enfrentamento sobre as queixas. Isto permite uma proximidade necessária, um encontro produtivo e empático. Assim, é necessário que o psicólogo e terapeuta esteja aberto para uma escuta real, empática, sobre a trajetória de toda existência daquele cliente, que ali se expõe. Isso é relevante porque, por meio da escuta, é possível agir como um mediador entre o sujeito e suas condições sócio-históricas, desenvolvendo

em conjunto reflexões e possibilidades de integração dos processos inconscientes, não significados, não nomeados, mas que resguardam potencial de novas configurações e vivências do cliente, as quais, por sua vez, afetam o terapeuta que se apropria do processo dinâmico e dialético.

Nesse sentido, ter uma escuta de qualidade representa um fator legitimador e desnaturalizante para o desenvolvimento do sujeito. É preciso estar atento ao subtexto contido na fala do outro, torna-se necessário disposição a se escutar e assim perceber as nuances que existem em relação às suas próprias questões, que emergem a partir do discurso do outro.

Este cuidado é necessário porque a consciência só existe por intermédio do processo de significação, que traduz as condições de funcionamento da sociedade, suas estruturas de relação e suas práticas sociais. Conforme Bakhtin (1991):

todo signo ideológico exterior, qualquer que seja sua natureza, banha-se nos signos interiores, na consciência. Ele nasce deste oceano de signos interiores e aí continua a viver, pois a vida do signo exterior é constituída por um processo sempre renovado de compreensão, de emoção, de assimilação, isto é, por uma integração reiterada no contexto interior (BAKHTIN, 1991, p. 57).

No empenho para a compreensão do discurso, o terapeuta atenta-se a como a atividade significativa não é simplesmente cognitiva, mas reveste um tecido emocional, conforme Sawaia (1987, p. 296) “em um trabalho de interpretação da vida, de nós mesmos, da relação com o mundo, através do pensar, do sentir, do sonhar”.

O psicólogo implicado no processo da terapia está interessado em observar as mudanças no outro e estas devem estar também no terapeuta que escuta, ocorrendo uma interação e superação de contradições mútuas. O terapeuta abre-se afetivamente e, só assim, ele pode vivenciar os afetos que emergem durante o encontro e a trajetória terapêutica. Isto, porque o pensamento e emoção não são dicotomizados.

[...] o pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções. Por trás de cada pensamento há uma tendência afetiva-volitiva, que traz em si a resposta ao último “por que” de nossa análise do pensamento. Uma compreensão plena e verdadeira do pensamento de outrem só é possível quando entendemos sua base afetivo-volitiva (LANE; CAMARGO, 2006, p.118)

O processo de naturalização do saber subjetivo e, conseqüentemente, da prática psicológica, possibilita uma reificação do sujeito, observado que tomamos como padrão único e exclusivo os fatores sociais que atravessam uma construção

coletiva. Assim, vale lembrar que cada um vem de um contexto permeado de crenças, mitos e verdades, os quais, a partir do processo de apropriação e aprendizagem, permitem a construção de uma história única e singular.

A Clínica Sócio-Histórica contempla a especificidade dos fenômenos psíquicos e a importância do diálogo na constituição do singular, o que possibilita novas propostas e observações. Com isso, ela se distancia da limitação de uma técnica específica e aproxima-se da autenticidade do encontro, que é vivido por dois sujeitos e no qual um nunca é igual ao outro. Bock (2011) explica que, por ser uma abordagem crítica, a Psicologia Sócio-Histórica permite romper com a tradição classificatória e estigmatizada da ciência e da profissão, possibilitando a abertura de outros meios de observar e de fazer Psicologia. É importante considerar que, para PSH, a psicoterapia sempre será dialógica, reflexiva e construída dialeticamente pelo encontro entre o terapeuta e o cliente.

CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS E TÉCNICAS UTILIZADAS

Como já apontado no capítulo *Fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa*, a metodologia utilizada foi a qualitativa, com estudo de caso clínico e revisão de literatura. No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, foram utilizados os indexadores Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e o Google Acadêmico. A partir destas plataformas on-line, foram feitas as buscas pelas seguintes palavras-chave: sexualidade, negritude, exclusão social, clínica sócio-histórica, identidade, identidade de gênero e corpo. Os termos foram cruzados de acordo com as possibilidades dos indexadores. Além disso, foi feito o uso de livros relativos à temática e de produções acadêmicas que se somaram qualitativamente ao estudo.

Em relação aos critérios de inclusão, elencaram-se artigos publicados que abrangem como tema principal a clínica sócio-histórica e a sexualidade. Provieram da busca, assim, escritos condizentes com a base epistemológica e a realidade acadêmica de produção das categorias analisadas.

Em relação ao estudo de caso, é oportuno expor que a obrigatoriedade do distanciamento social, imposto pela pandemia do coronavírus, afetou toda população mundial e profissionais de diversas áreas do comércio, indústria e serviços, que tiveram que migrar para uma nova realidade, adaptando-se ao modelo *home office*.

Os reflexos desse momento histórico repercutiram na presente pesquisa, observado que a pandemia possibilitou alterações significativas na performance da vida, no trabalho, no cotidiano e na aprendizagem, imputando formatos tecnológicos no dia a dia.

No que diz respeito à Psicologia, vislumbrou-se um desafio, embora esta tecnologia já fosse utilizada por alguns profissionais há tempos. Desafio não somente para o profissional, mas também para quem procura o atendimento psicoterápico, porque muitas vezes almeja-se um espaço físico onde se possa sentir acolhido e livre para expressar suas emoções sem ser julgado; o que pode ser dificultado dependendo das condições de moradia de cada um. No caso do LESSEX, todos os atendimentos migraram para o sistema on-line, utilizando-se das plataformas: Meet, Zoom, WhatsApp conforme possibilidade de cada cliente.

Local de coleta

O local foi a Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic/PUC-SP, vinculada ao curso de graduação em Psicologia, que possui atendimento presencial e remoto. Foram selecionados dois clientes para compor os estudos de caso desenvolvidos na pesquisa.

Participantes

O primeiro caso, Joaquim², trata-se de um jovem de 21 anos, negro, solteiro, ensino médio completo, que trabalhava como vendedor e pertence às classes populares de um bairro da periferia da Zona Leste de São Paulo, onde residia com a mãe e uma irmã mais velha. Os atendimentos foram realizados de forma presencial, a cada quinze dias, totalizando 12 sessões, com 50 minutos para cada sessão, na Clínica Psicológica – Ana Maria Poppovic/ PUC-SP, no ano de 2019.

O segundo caso, Flor³, trata-se de uma jovem de 26 anos, branca, bissexual, adepta do poliamor, que pertence às classes populares de um bairro periférico da Zona Norte de São Paulo e reside com a mãe. Fazia curso de História na USP e trabalhava como professora de ensino fundamental e de cursinho pré-vestibular. Flor foi atendida no início da quarentena, por conta da pandemia causada pelo COVID-19, e de forma quinzenal, sendo realizadas 4 sessões; no entanto, o atendimento passou a ser semanal, sendo realizadas 25 sessões. Houve um total de 29 sessões, com 50 minutos para cada uma, todas no modo on-line, o que facilitou o acesso aos atendimentos no ano de 2020 a 2021.

Instrumentos e Procedimentos

Os casos atendidos evidenciaram não apenas questões relacionadas a identidade, baixa autoestima, sexualidade e identidade de gênero, mas também emergiram de recortes sociais que permitiram uma análise da hierarquização social com base no contexto econômico (concretização da categoria historicidade), os quais

² Nome fictício

³ Nome fictício

geram sofrimento e se apresentam nas expressões do corpo e também na fala. Como já apontado, a construção do percurso terapêutico e da pesquisa foi desenvolvida num processo dialógico e reflexivo entre cliente/participante e terapeuta/pesquisador.

Isto posto, torna-se oportuno discorrer sobre as técnicas psicoterapêuticas utilizadas nos casos, as quais observaram a especificidade das demandas e a dinâmica psíquica de cada sujeito, sendo empregadas conforme se fizessem necessárias; com isso, foram pensadas como resposta às emergências dos implicados na pesquisa.

A primeira técnica a ser caracterizada é a da Respiração Profunda: aquela em que pegamos o ar em profundidade, deixando que ele entre pelo nariz e chegue completamente nos pulmões, ao elevar a parte inferior do nosso abdômen. A técnica de relaxamento por respiração foi muito importante para que os clientes pudessem perceber o próprio corpo, suas emoções e estar totalmente presente na sessão.

Quando estamos calmos e relaxados, nossa respiração é lenta e suave. Num estado de forte emoção, ela se torna mais rápida e intensa. Quando estamos com medo, inspiramos rapidamente e seguramos o fôlego. Se estamos tensos, a respiração torna-se pouco profunda. O inverso também é verdadeiro: respirar fundo ajuda a relaxar o corpo (LOWEN, 2018, p.46).

Cabe destacar que os clientes disseram que, após a técnica de respiração profunda, sentiam menos tensão corporal e mais disposição.

Utilizou-se também a Colagem: a proposta de colagem com figuras aleatórias e misturadas, já cortadas em um saquinho, folhas de papel sulfite, para que as figuras fossem montadas, e cola para fixar. Machado (2019, p. 3) relata que a utilização da colagem como técnica terapêutica permite a reflexão perante os significados dos acontecimentos ao longo da vida do sujeito.

Além disso, considerou-se também o Mapa mental, ferramenta que pode ser definida como um meio de fornecer uma comunicação mais objetiva e organizada das demandas do cliente e do caminho seguido no percurso terapêutico, justamente para que a pessoa possa se ver pelo olhar do terapeuta e apropriar-se pela visualização e reflexão do seu processo.

Um mapa mental pode ajudá-lo também a ser mais criativo em termos de ideias e soluções. Além disso, contribui para que você veja com mais clareza a situação em que está, seus anseios, problemas e ideias. Quem você é em casa, no trabalho, nos momentos de lazer e nos relacionamentos. A maneira como você entende o mundo e seu modo de se relacionar com os outros. O que você quer para si mesmo, para as pessoas, para o presente e para o futuro. Como conseguir ser o que deseja (BUZAN, 2009, p.12).

Assim, o cliente consegue objetivar seus pensamentos e ideias, podendo também perceber como expressam as suas demandas aos olhos do terapeuta.

Por fim, lançou-se mão do Desenho livre, que difere do desenho dirigido, pois o cliente vai colocar mais atenção não só em sua realidade interna, como também em aspectos culturais e sociais. O uso do desenho pode ser:

Qualificado como um recurso dialógico expressivo-criativo possível para o entendimento do problema, o desenho torna-se, portanto, facilitador da construção de narrativas menos restritivas e aprisionantes. Assim, ele pode ser introduzido em situações carentes de uma linguagem mais abrangente e menos contaminada pelos discursos socialmente disponíveis... Pensar, portanto, o desenho como linguagem alternativa na co-construção dialógica do contexto terapêutico é também pensá-lo como espaço plural dinâmico e potencial, onde transitam sentimentos, sensações, impressões, pontos de vista, vozes, palavras, histórias até então não percebidas e nomeadas, porém com possibilidade de significação e nexos, passíveis de construção de realidades para novas formas de vida futura (DE BIAGI-BORGES; RASERA, 2017, p.499).

Esta última técnica carrega a função de auxiliar o psicoterapeuta a pensar no que não se revela ou não está explícito para o cliente, o que dificulta sua verbalização e, por consequência, a apropriação dos conteúdos e superação das vivências que ocasionam sofrimento e produzem queixas.

Cuidados éticos

É pertinente dizer que este trabalho está inserido no escopo do projeto maior do LESSEX: “A Clínica da Sexualidade na Psicologia Sócio-histórica: raciocínio e manejo”, sob coordenação de Edna M. S. P. Kahhale, que foi encaminhado à Comissão de Ética em pesquisa da PUC-SP, e aprovado sob protocolo: CAE 18783019.0.0000.5482.

Além disso, obedeceu a todos os preceitos éticos propostos pelo Código de Ética do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pela Res. CNS/MS 466/2012, complementada pela Res. CNS/MS 510/2016). Como forma de aprimorar o cuidado ético-político e qualidade dos atendimentos, todos os casos do LESSEX foram acompanhados e supervisionados pela coordenadora do projeto. Tomaremos para análise dois casos clínicos acompanhados pela autora deste estudo durante os anos de 2019 e 2020, cujos clientes assinaram o TCLE e o contrato terapêutico.

CARACTERIZAÇÃO DO CASO JOAQUIM

A queixa inicial de Joaquim estava relacionada à situação trabalhista, realizando dois atendimentos na Clínica do Trabalho da PUC-SP, oportunidade em que foram observadas demandas que convergiam com o campo da sexualidade, o que culminou no encaminhamento ao LESSEX, por apresentar questões relacionadas ao grupo.

Do início do ano de 2016 a agosto de 2017, Joaquim foi acometido por um quadro agudo de diarreia, pois estava tomando medicamento por conta de uma possível IST, que foi descartada depois de diversas consultas e exames.

Houve a solicitação de atendimento na clínica do trabalho, visto que havia desconforto e insegurança no ambiente de trabalho, porque Joaquim acreditava que os colegas riam pelas suas costas, mesmo sem estar com diarreia ou ter ido ao banheiro.

No início do atendimento, Joaquim relatou que, em março de 2015, no caminho de sua residência, quando estava próximo a ela, dois homens correram atrás dele; mas este fugiu e conseguiu chegar à casa antes de ser alcançado, episódio que o deixou assustado e inseguro.

Após estes episódios de perseguição, relacionou-se sexualmente com dois rapazes. Após este relato, disse enfaticamente:

Percebi que não gosto de homens, não senti nada. Gosto mesmo é de mulheres! Só fiz sexo oral e não consigo beijar na boca. Sexo com penetração me dá nojo, acho repugnante (informação verbal).

Porém, no decorrer da sessão, comentou que teve uma penetração muito rápida e não achou graça alguma, mas que não foi penetrado e que, no ato sexual, somente ele havia penetrado. Verbalizou que sua real fantasia seria sair com uma mulher casada. Após estes relatos, sentiu-se retraído e pediu desculpas, por achar que estava usando expressões impróprias, por estar na presença de duas mulheres terapeutas e brancas [ele é um rapaz negro]. Foi dito a ele que, naquela sala, não havia a presença de um homem e duas mulheres, mas de três pessoas conversando e se conhecendo; que naquele espaço ele seria ouvido sem julgamentos.

No decorrer de alguns atendimentos relatou um namoro atual, verbalizando que estava muito apaixonado e pensando até em se casar. Sua namorada é oito anos mais velha, mãe de duas filhas, mora sozinha e está desempregada. Disse que passa

muito tempo na casa dela e até ajuda financeiramente com as despesas da casa. Porém, a namorada tem um ex-namorado/amante (casado) que lhe incomoda muito, gerando insegurança e brigas entre eles (ela manteve o contato do celular do ex no WhatsApp).

Comentou que a ansiedade é gerada pelo fato de pensar sobre o ex-namorado da atual companheira, episódios que o fazem “brochar” quando está na cama com ela, ao ponto de chorar. Episódios como este geram tanta angústia que um certo dia, ao lembrar as situações, sentiu-se muito ansioso e precisou sentar-se na rua, em uma calçada, onde teve uma crise de choro. Um rapaz veio perguntar se estava tudo bem, sendo muito prestativo, o que o deixou mais calmo. Foi orientado a fazer uma respiração para aliviar a tensão quando a ansiedade aparecesse.

Em várias sessões, deixou claro sua insatisfação referente ao ex-namorado de sua namorada e muita insegurança em relação a ela. Chegando ao ponto de sentir raiva por ela ter saído com um homem casado e dizendo que até sentiu desejo de ligar para a esposa do ex da namorada. Em todas as sessões verbalizou o quanto a ama, mas sente raiva e insegurança no relacionamento. Expressava sentimento de ambivalência a todo momento. Foi lembrado de que uma de suas fantasias seria sair com uma mulher casada e indagado se isso não seria igual ao relacionamento dela com o ex. Ele disse que sim, mas não soube falar muito a respeito e mudou de assunto.

Em outra sessão, foi interrogado quanto a suas fantasias. Disse que gostaria de ejacular na cara de sua namorada e ela o deixou realizar seu desejo. Ao ser perguntado como sobre tinha-se sentido, disse:

Me senti meio dono da mulher. Me senti poderoso, vejo a mulher submissa a mim. Tudo que eu peço ela faz. O fetiche de sair com mulher casada, ela disse que poderia arrumar uma mulher, mesmo comprometida comigo. Pra mim, realizar esse meu desejo. E foi aí que minhas crises de ansiedade diminuíram. Vejo que ela tá me ajudando nisso.

Foi perguntado a ele: “ela tem alguma fantasia para você realizar?”. Ele disse: “Ela tem vontade de fazer sexo ao inverso. Ela quer me penetrar. E também de beijo grego”. Continuou dizendo que comentou com alguns amigos em relação a fazer essas coisas e seus amigos disseram: “Cara, sentir prazer anal não define ser um homossexual ou não, o que define é sua atração por homens”. Continuou: “Sei lá, acho que bate um medo de eu gostar e achar que sou gay”.

Questionado se tinha receio quanto a isso, disse: “*Bem pouco. Acho que não! Não é algo que me incomoda*”.

A partir disso, desconversou, mudando o foco do assunto. Em outra sessão, após os minutos de respiração profunda e ao terminar este processo, mesmo sendo informado de que já poderia abrir os olhos, continuou com os olhos fechados. Foi proposta uma atividade em que faria colagens. Neste momento, o cliente abriu os olhos e assim foi exposto a um saquinho com várias figuras, já recortadas, de modo que poderia fazer a colagem da forma que achasse melhor e que, caso não houvesse tempo hábil, poderia terminar na próxima sessão.

Na colagem surgiu a imagem de uma família descontraída e, aparentemente, feliz. Joaquim comentou sobre a importância da interação, e que o celular e as redes sociais vão mudar o mundo, que é muito ruim para o convívio social. Na sequência relatou seu ciúme da namorada. Disse que:

o fato do amigo dela ser do Ceará, eu já tinha ciúme, né. Acho que eu já cheguei a comentar que eles trocavam nudes antes de me conhecer. Ele fez uma montagem da cara dele no peito dela. Eles têm intimidade, mas eu achei que exagerou na brincadeira e discuti com ela. Dupla perfeita, coloquei isso daí, porque minha namorada, a gente estava brigando muito.

Depreende-se diante do exposto que existem marcadores sociais que permeiam as angústias de Joaquim em relação à sexualidade, observado seu pertencimento de classe específico e os motivadores que o levam à busca de determinada forma de se relacionar.

A análise das queixas de Joaquim leva a configurar como demandas a serem trabalhadas no processo terapêutico: a contradição que Joaquim vivencia entre as demandas sociais de masculinidade, vivências corporais e desejos. Tal contradição expressa-se pelo desempenho do papel de macho provedor para sua família de origem e para a família da parceira amorosa, assim como entre seus desejos e expectativas de experimentações sexuais, que rompem com o padrão heteronormativo.

Sua postura corporal por si só já revelava sua maior queixa, antes mesmo de verbalizar que sofria imensamente por baixa autoestima. Os pensamentos sobre si mesmo desencadeiam sentimentos de menor valia, que advêm dos alicerces de uma autoimagem deteriorada, decorrente de uma autoestima prejudicada.

A negritude como expressão da categoria historicidade na constituição identitária e sexual de Joaquim

Torna-se necessário discorrer sobre a identidade negra, verificando o processo de construção desta na história de vida de Joaquim. Com isso, intenta-se perceber a marca histórica que a escravidão deixou na população negra brasileira e que ainda é incorporada pelos negros – algo determinante na apreensão de realidade de Joaquim. É possível pensar como Joaquim não se via capaz de proporcionar prazer, o que ocorria que em determinados momentos quando seu corpo não correspondia ao desejo, assim não conseguindo dar prazer a sua parceira. Criava para si uma identidade de quem não é capaz, inseguro, portanto, solitário, sendo incapaz de fornecer prazer a outros e conseqüentemente não se sentindo no direito de reivindicar prazer.

Observa-se que a apropriação identitária de Joaquim também é marcada por sua inserção numa estrutura social que ainda promove direta e indiretamente o racismo, principalmente para o negro em processo de construção da sua identidade.

Cabe expor neste início que a prática psicológica não se desprende da realidade social íntegra, ou seja, é necessário perceber amarras sobre a angústia e a ansiedade como estruturantes da organização social e pertencentes aos modos de socialização dos sujeitos.

Isto implica para o psicólogo a necessidade de compreender o mundo no qual o negro está inserido, considerando que, por vezes, esses sujeitos são marginalizados na própria história de constituição do seu grupo social, o que dificulta a conscientização sobre fatores que configuram a sua identidade.

Tal empecilho (im)possibilita ao sujeito negro emancipar-se de organizações que permeiam o seu senso de constituição; por consequência, são geradores de angústias e ansiedades. Isso se dá porque a organização social está impregnada de delineamentos construídos em um regime escravocrata brasileiro, que se sedimentou no imaginário coletivo e naturalizou discriminações com base em caracteres como cor da pele, textura do cabelo, tamanho da boca, modo de falar etc.

O negro teve suas significações negadas no ato em que seus antepassados foram transportados de sua terra natal para uma outra terra, e de donos de seus próprios corpos conseqüentemente foram transformados em seres abjetos, sem identidade; portanto, sem alma. Para Lévi-Strauss (1996), o que era comum à cultura

ocidental, mais especificamente à europeia durante muito tempo foi imposto como universal, de modo que se observava o diferente como inferior, fato ainda presente no agora, nas palavras do autor:

[...] consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas mais afastadas daquelas com que nos identificamos. "Costumes de selvagem", "isso não é nosso", "não deveríamos permitir isso", etc., um sem número de reações grosseiras que traduzem este mesmo calafrio, esta mesma repulsa, em presença de maneiras de viver, de crer ou de pensar que nos são estranhos (LÉVI-STRAUSS, 1996, p.10).

Neste sentido, para o homem negro exercer sua sexualidade, fazer suas escolhas e parcerias sexuais, principalmente se for homoafetiva, há um enorme tabu devido aos estereótipos forjados ao longo dos tempos, o que dificulta, e muito, suas potencialidades (SANTOS, 2012). O negro escravo era visto como um corpo para o trabalho e um mero reprodutor de mais corpos. Em tempos atuais ainda observamos no imaginário social a imagem do corpo negro que representa a força vital, um corpo sexualizado e potente que faz parte da fantasia do branco.

A construção de uma imagem corporal, que é a ideia que a pessoa tem sobre si mesmo, pode influenciar diretamente a sexualidade, razão por que, conseqüentemente, ela pode ter ou não uma vida sexual saudável e recompensadora.

Neste processo terapêutico de Joaquim, pareceu evidente que há um enorme bloqueio entre seus desejos e as expectativas em ser "macho" e "provedor", sendo que ainda há certas fantasias em seu imaginário sobre a potência e virilidade do homem negro. Assim, ao viver esta contradição, apresentou dificuldades causadas por sua autoimagem deteriorada, como sentimentos de incompetência, intensa cobrança interna e comparação com outros homens, o que finda por gerar insatisfação consigo mesmo em várias áreas de sua vida.

No que diz respeito ao negro, é sabido que em sua pele há a história de seus antepassados, a exploração e a violência. Isto, porque houve a deturpação e furto da identidade dessas populações, arrancando-as de suas terras, de sua cultura, tendo assim extraída parte de sua humanidade. Foram tratados como mera mercadoria e vendidos como força de trabalho por motivação meramente financeira, sintetizando o que estava presente na escravidão da população negra brasileira.

Enquanto profissionais atuantes na clínica da PSH, é possível pensar no outro inserido na sua história – da qual muitas vezes este sujeito não se apropriou. Compreender que o sentimento de inferioridade e desvalia é anterior ao sujeito que

se apresenta na clínica, mesmo que ele não tenha esta percepção; nesse caso, porque as consequências da escravidão estão tatuadas na pele, nas entranhas, na forma de se posicionar e existir no mundo. Nas palavras de Delari Jr (2013):

A atividade da consciência implica um processo auto reflexivo, de modo que ao tratar a questão da consciência na ontogênese propõe que não é possível nos tornarmos conscientes de funções das quais ainda não nos apropriamos (DELARI JR, 2013, p.35).

Isto é evidente ao colocarmos o negro em questão, porque para Joaquim, especificamente no que diz sobre a construção de sua identidade, existem organizações de negação da histórica racista que estão impregnadas nos modos de sociabilidade da sociedade como um todo, o que representa significações negadas.

A identidade do negro, como menciona Munanga (2009), mesmo que tenha tido sua origem na diferença da pigmentação da pele, não é algo que nasce desta diferença, mas sim da história comum que liga todo um grupo de seres humanos, que o ocidental chamou de negro.

Para Munanga (2009), o negro tem seus problemas específicos, como a questão de seu corpo, da cor, da cultura, de sua história, e ainda tem que lidar com o complexo de inferioridade e colocar-se em pé de igualdade com outros oprimidos.

Assim, a recuperação de sua identidade deve começar pela aceitação de seus atributos físicos, de sua negritude, antes de atingir atributos culturais, pois é no corpo que se constitui o processo material dos aspectos da identidade, os quais se expressam na subjetividade.

Schucman (2012) explica que a ideia de raça foi o meio que a humanidade encontrou para classificar e hierarquizar grupos humanos. Atualmente, o racismo ainda existe e continua sendo um meio de desumanizar e inferiorizar o ser humano de pele negra; ele se mostra nas entrelinhas e está engrenhado de forma velada na nossa sociedade, pertencendo às instituições sociais primárias e sociabilizando mecanismos assimétricos nessas representações. Para Goffman (2008)

um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem [...], e como consequência desta brutalidade, o sujeito internaliza e constrói uma imagem de si desvalorizada (GOFFMAN, 2008, p.13)

Neste sentido, conjectura-se que os mecanismos de diferenciação organizados com base no legado escravocrata, que se utiliza das diferenças fenotípicas para afirmar sujeitos (in)capazes de ocupar determinado espaço na sociedade, repercutem

em construções subjetivas que abrem espaço para o sofrimento, a angústia, a ansiedade e as expressões violentas.

No acompanhamento psicoterapêutico de Joaquim, foi possível observar toda postura de submissão, como um jovem negro, pobre e periférico. Isso ficou perceptivelmente evidente em suas relações amorosas, dando a sua parceria amorosa toda a autoridade sobre seus desejos e possibilidades relacionadas a própria sexualidade, pois ainda se percebia num mundo de padrões heteronormativos, tendo a obrigação de ser um macho potente e provedor.

Para tanto, faz-se necessário abafar e ocultar seus desejos homoafetivos. Em consequência, sua real potência é abafada e limitada, percebendo-se ressentido em suas relações. Sempre traz em sua fala muita insegurança, pois pede desculpas a todo momento por palavras que acredita que não deveria ter dito e pelo simples fato de estarmos ali para atendê-lo. Chega a agradecer mais de uma vez. Nesta atitude, fica evidente seu sentimento de inferioridade, principalmente diante de duas mulheres brancas de possível nível econômico superior ao seu – ao mesmo tempo em que deixa claro como ainda há o sentimento dos povos africanos que foram forçados à escravidão, para servir ao povo branco, como seres inferiores e de baixa valia. Não há como contestar que esta atitude é uma consequência do sistema colonial.

Para Munanga (2009) a importância de se conhecer a história de seus ancestrais está em poder criar uma relação de segurança mais sólida para seu povo:

O fator histórico parece o mais importante, na medida em que constitui o cimento cultural que une os elementos diversos de um povo através do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade. O essencial para cada povo é reencontrar o fio condutor que o liga a seu passado ancestral o mais longínquo possível. A consciência histórica, pelo sentimento de coesão que ela cria, constitui uma relação de segurança a mais certa e a mais sólida para o povo. É a razão pela qual cada povo faz esforço para conhecer sua verdadeira história e transmiti-la às futuras gerações. Também é a razão pela qual o afastamento e a destruição da consciência histórica eram uma das estratégias utilizadas pela escravidão e pela colonização para destruir a memória coletiva dos escravizados e colonizados (MUNANGA, 2009, p.7).

Em decorrência destas evidências, no processo terapêutico buscou-se trabalhar a questão da igualdade, deixando claro a Joaquim que tem todo direito de ali estar e ser atendido por nós ou por qualquer outra pessoa, visto que é um pagador de impostos e o serviço não é, em hipótese alguma, de graça; que, da mesma forma que ele usa o serviço da clínica, nós usamos os atendimentos como meio de

aprimorarmos a nossa terapêutica numa prática específica. Desde então passou a nos agradecer somente nos finais das sessões.

Ficou em evidência que Joaquim não tinha uma ideia de sua imagem, já que em uma determinada intervenção foi solicitado que fechasse os olhos e pensasse em si mesmo como alguém do lado de fora, a quem pudesse observar. A técnica seria para que, após a visualização, tentasse descrever a aparência deste outro e relatar como estariam o humor, a fisionomia, o que ele expressa. Ele não compreendeu em uma primeira explicação e foram necessárias algumas outras; mesmo assim, não houve êxito em descrever fisicamente a imagem que ele disse ter visualizado, mas disse que este outro estava triste. Foi possível perceber que não há noção de si, não há uma ideia de sua aparência externa, apenas seu estado de humor.

De certa forma, caberia pensar que ele não tem noção de sua aparência por não ter consciência de si mesmo como alguém independente e com direitos. Pareceu que ele não conseguia ter certa reflexão sobre sua existência e importância no mundo, abdicando da autonomia de seus desejos e sua capacidade de interagir no mundo, vindo aprender a se relacionar com outras pessoas, mais especificamente, outras mulheres pelas determinações, desejos e ações dessas.

Delari Jr. (2013) menciona que a atividade da consciência implica um processo autorreflexivo, de modo que, ao tratar a questão da consciência na ontogênese, propõe que não é possível nos tornarmos conscientes de funções das quais ainda não nos apropriamos.

Numa tentativa de buscar certa noção de si, a proposta foi de iniciar e terminar as sessões com alguns minutos de respiração profunda, em uma posição que lhe fosse a mais confortável; depois disso, ainda de olhos fechados, a psicoterapeuta procurou manter uma voz calma e tranquilizadora, tentando descrever ao cliente um lugar calmo, com barulho de ondas do mar, para que caminhasse na areia tentando sentir os grãos de areia em contato com seus pés e ao fundo pudesse visualizar e sentir o sol quente, mas agradavelmente passando pelo corpo, e depois mais uma etapa de respiração profunda. A construção de uma imagem corporal, que é a ideia que a pessoa tem sobre si mesmo, pode influenciar diretamente a sexualidade e conseqüente possibilitar ter ou não uma vida sexual saudável e recompensadora.

No final do processo terapêutico foi significativa a mudança em sua postura. Ele optou por romper com seu relacionamento e ir atrás de seus objetivos.

CARACTERIZAÇÃO DO CASO FLOR

A cliente passou pelo processo de triagem e psicodiagnóstico na Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic PUC/SP. Depois foi encaminhada ao grupo de pesquisa e assistência do Laboratório de Estudos de Saúde e Sexualidade (LESSEX), Clínica da Sexualidade e Gênero.

No início, Flor teve certa dificuldade por conta da quarentena, causada pela pandemia do COVID-19, por não ter plano de internet em sua casa. Por este motivo, não conseguia manter-se em quarentena, tinha que ir até a escola em que trabalhava como professora de História para poder dar as aulas on-line e, assim, acessar à internet para conseguir realizar também os atendimentos psicoterapêuticos.

Suas principais demandas exigiram acompanhamento contínuo, sendo elas: queixa de grande solidão; sentia-se um estorvo na vida das pessoas; tinha vontade de ficar dormindo – e segundo ela, dormir seria um jeito de não enfrentar suas questões –; tinha baixa autoestima na esfera física e intelectual; tinha sentimento de inferioridade devido a questões financeiras; havia inclusão em espaços elitizados; e necessidade de respostas quanto a sua família e nascimento.

Não conhece a história de sua origem, quem é seu pai, e acredita que a mãe não lhe fale a verdade sobre ele, pois, sempre que pergunta, a mãe conta uma história diferente. Acredita que a mãe provavelmente acha que ela não se lembraria das outras versões que a mesma contou, mas ela se lembra. Acredita ter atrapalhado a vida da mãe, pois a mãe não se relacionou com mais ninguém desde que nasceu. Pelo que ela sabe, sua mãe sempre trabalhou como empregada doméstica e depois passou a trabalhar como cuidadora de idosos.

Diz ter um bom relacionamento com a mãe, mas não consegue se abrir com a mesma nem com os amigos; os mesmos percebem sua tristeza, de modo que foi uma amiga sua quem marcou o atendimento para ela na clínica, se não ela não seria capaz de vir.

Em uma sessão, ao ser questionada sobre sua solidão, disse que não tinha certeza se este seria o verdadeiro foco pelo qual teria ido buscar terapia. Sempre se rotulava como infantil e boba, dizia que chorava por qualquer coisa. Foi dito que o espaço era dela e que ela podia usá-lo só para chorar, se este fosse seu desejo.

Com muita dificuldade de falar, disse que estava envergonhada, mas tinha terminado um relacionamento amoroso já havia um tempo, mas não conseguia se

recuperar do término. Sobre o relacionamento, que alegou ser poliamoroso, disse que se relacionou com uma colega de trabalho que estava em relacionamento estável com outra, tendo um filho juntas. Iniciaram um relacionamento a três, mas se envolveu muito mais com a moça com quem trabalhava, deixando a esposa enciumada e solicitando o término do relacionamento. Só que se sentia usada e não conseguia compreender o que podia ter dado errado. Foi questionada se tinham feito um contrato em conjunto e deixado claras as regras; ela disse que não tinham entrado em acordo, mas que não tinha certeza.

Após algumas sessões de psicoterapia foi questionada sobre como estava se sentindo, e disse:

Acho que eu estou menos emocional, sabe, estou mais racional, não que dê para separar essas coisas, não é. Mas eu acho que eu estou mais... Eu estou conseguindo começar a elaborar alguma coisa, entendeu? Eu acho que é isso... É... pensando em fazer outras coisas que não necessariamente me deixem naquele limbo, assim, sabe?

Foi questionada se a criatividade não seria formular outros meios, outras formas de estar vivendo, de estar fazendo coisas, mesmo que fossem as coisas mais banais e habituais – pois muitas vezes se pode dar mais criatividade a elas. Flor então respondeu:

É, eu tenho tentado, não é, sei lá. Esses dias eu inventei de pegar um violão. Mas aí eu estou muito ansiosa. Eu já busco um monte de música para “mim” tentar tocar e não sair, aí eu fico brava... Não consigo nem ler os acordes ainda. É complicado... É engraçado...

Quando questionada se não acha que tem muita falta de paciência com ela mesma, a resposta foi: “Sim. Sim”. Concordou e disse que iria refletir sobre a forma como se trata.

Também ao ser indagada sobre como estavam as coisas no trabalho, disse que os professores estavam sendo avaliados pelos alunos

Acho isso o cúmulo da bizarrice, porque uma das coisas que eles avaliam – que para mim é o cúmulo, do cúmulo mesmo, mas enfim –, que eles avaliam o que é a profundidade do assunto. Não, a profundidade do conteúdo do professor, pois é! Ou seja, o aluno de 14 anos vai conseguir avaliar se você sabe ou não da coisa, se você tem profundidade ou não com a coisa... No plantão de dúvidas, a minha nota está quase 10, está muito próxima de 10. Sabe de uma coisa? Eu não queria ter começado no [...], de verdade, não queria mesmo. Queria ter começado num lugar menor, ganhando segurança no que eu estou falando... Enfim, tive que dar conta, assim. Foi muito pesado para mim o ano passado, muito pesado mesmo... Comecei a me questionar se eu queria ser professora, você acredita?

A esse respeito, foi sugerido para refletir sobre qual outra profissão gostaria de seguir.

Já quando questionada sobre como tinham sido suas férias, ela respondeu que:

Aí eu comecei a assistir uma série chamada L Word. É uma série do meio sapatão. Aí enfim, aí eu comecei a assistir e achei que as histórias se misturam com algumas coisas e aí, enfim, fiquei meia... Essa semana já fiquei mais para baixo.

Para esta fala, foi lançado um questionamento quanto ao motivo de ela achar que havia coincidências entre a série e algumas coisas da sua história. A resposta que se seguiu foi:

É, acho que foi esse um dos gatilhos. Eu comecei a ficar muito triste, aí chorei, e tal. E aí eu tenho pensado muito esses dias, não é? Eu tenho organizado muito as coisas que eu venho sentindo e tenho colocado prioridade nelas, como você disse para "mim" fazer, não é?! Trabalhando uma coisa de cada vez. Um dos sentimentos mais urgentes que eu preciso trabalhar, não é?! E de insegurança, baixa autoestima, sabe, porque eu acho que esse está ligado com todos os outros.

Essa fala expressa o início do processo de apropriar-se de seus sentimentos e emoções e articulá-los com situações vividas.

Ao ser perguntada se tinha lido o livro em PDF (*Autoestima: como aprender a gostar de si mesmo*, do autor Nathaniel Branden), que lhe foi enviado como meio de se aproximar das emoções e demandas de outras pessoas, ela respondeu:

Humm, humm, comecei a ler, eu só li o primeiro e o segundo capítulo, não é?! Eu ia começar o terceiro ainda, que eu acho que quando eu comecei o segundo, eu achei que o segundo é mais pesado.

Interrogada se as questões batiam com as dela, ela responde:

Ah, eu achei, assim, porque ele vai dando a experiência das pessoas, eu fiquei... aí eu fiquei, mano, isso, isso... É, na minha construção de sujeito..., mas eu acho que também coloco expectativas sobre mim, assim, de como eu devo ser, ou como eu devo agir, sabe?! Acho, só que eu acho que, conforme a minha vida foi passando desde que eu sou pequena, eu acho que eu fui me subjetivando de uma forma negativa a vida inteira, assim, sabe?! ... E aí eu fiquei pensando isso, eu falei, mano, o que a vida inteira eu fui trazendo para mim como se fosse uma verdade...

A psicoterapeuta disse a ela:

A gente é um apanhado de coisas do passado desde o momento que é concebido, tem toda uma emoção, algo que é sentido ali pela aquela mãe que está a gestar. Tem angústias e os medos desta mãe por mais que tenha amor...

Flor ficou reflexiva, pois há questões quanto a sua gestação; essas falas indicam o processo de apropriação da gênese de seus sentimentos e do seu sofrimento psíquico.

Em outra sessão, ela comentou sobre seu incômodo em estudar em universidade pública de renome, à qual ela não conseguia se sentir pertencente.

Eu comecei falando da (nome da universidade), não é?! Na primeira sessão eu já falei da (nome da universidade) como um lugar de incômodo... Acaba sendo uma perversão consigo mesma, não é?! Porque é um... [diz um palavrão] não acreditar no seu potencial, no seu direito de estar lá, não é!?

Foi sugerido à Flor fazer um exercício de escrita, a fim de colocar no papel todas as suas qualidades e conquistas para poder discutir nas sessões; ela topou fazer o exercício.

Em outra sessão foi questionada sobre como estava o coração, pois era um ponto que a deixava angustiada. Com um sorriso, respondeu:

É engraçado, parece que você sabe das coisas... (risos) que eu precisava falar disso... Essa pergunta eu achei engraçada. Então, eu não sei, mano, eu comecei a conversar com uma moça... E, aí para mim está sendo bem estranho, na verdade, assim, porque eu estou com muito medo de magoar ela, sabe, porque eu não me sinto pronta. Mano, eu vou quebrar o coração dessa menina. Melhor eu sair fora antes que eu quebre. E aí eu fico nessa, entendeu? Sei lá, eu fiquei mal, mesmo, pensando. Até porque eu acho que eu não superei, (relacionamento anterior) também, e... acho que sei lá...

Foi questionada quanto ao motivo de ela magoar alguém, e ela respondeu: “

Ah, eu sou muito errada com relacionamento amoroso, mas eu gostei de um cara durante um tempo, assim, só que aí eu não parava de me envolver com outras pessoas, não é?! E enfim, não ia dar certo com ele, aí... Aí só que, aí nessa eu me envolvi com alguém que se apaixonou, assim, não é?! Quer dizer, dizia ela que estava apaixonada, eu não acredito, na verdade. E aí... Só que aí conforme as coisas foram se desenrolando assim, eu acabei magoando, mesmo, sabe, ela...

Foi questionada ainda quando disse que a moça estava apaixonada e disse que não acreditava. Ela então respondeu: “É, mas não acredito mesmo... (riso)”.

Questionada se ela achava se isso tinha a ver com merecimento, ela respondeu:

É, hã, hã... eu já tinha parado para pensar sobre isso, eu só não sei como mudar, na verdade, mas... enfim... eu já tinha notado.

Mais uma vez, como em outras sessões, ela demonstrou ser insegura, não merecedora de ser amada e uma pessoa que estraga tudo e magoa as outras pessoas. Com isso, indicava o processo contraditório que vivia nesse momento, entre estar num movimento de conscientizar-se dos sentidos de suas vivências e a criação

de novas possibilidades de ação frente a, por exemplo, suas escolhas e envolvimento amoroso.

Em outra sessão, ela iniciava dizendo que tinha uma novidade, declarando:

Inventei de entrar num aplicativo (riso). Estou conversando com duas, agora (risos). Aí começou a rolar lá um papo, aí ela me passou o zap, ela já tinha me contado que tinha uma filha, não é, mas até aí tudo bem. Aí a gente estava conversando, aí eu mandei mensagem para ela no zap, ela respondeu assim: “ah...”, é que eu tinha mostrado, falado para ela de uma banda infantil que é o Manga Ouro, não é!? Aí ela gostou, ela não conhecia, aí ela falou assim: “ah, as meninas estavam assistindo”. Aí eu falei assim: “ah, são duas filhas? Aí ela falou assim: “não, é a minha esposa, não é minha filha”. Aí eu falei: “gente, sabe, não... assim, porque acontece isso comigo?”. Aí na hora até eu já perdi até o timing, não é?! De perguntar as coisas todas, que na hora eu fiquei tipo, tão... mano, eu fiquei pensando “que zica!”... Eu estava de boa, não é, não... nem conheço... (risos).

Foi questionada se no aplicativo não haveria a descrição das pessoas, ela respondeu: *Não, não tinha*. Na sessão posterior a este episódio, disse que foi verificar no aplicativo, para ter certeza de que não estava explícito se era casada, pois não se lembrava. Ficou assustada quando viu que tinha todas as informações e principalmente que era casada e que tinha uma filha. Comentou como seu amigo lhe disse que ela não queria enxergar o óbvio. Foi questionada o que ela achava disso tudo, e ela respondeu que pensou e achava que tentou anular essas informações; talvez por ser algo muito parecido com o relacionamento anterior. Disse que acha estranho participar destes aplicativos de relacionamentos, que parecem mais um cardápio, em que você escolhe o que lhe agrada. Foi dito à cliente que parecia interessante e que não necessariamente ela precisa ter uma relação amorosa com alguém, mas apenas se relacionar, conhecer pessoas diferentes e, quem sabe, não apareceria alguém que correspondesse a suas expectativas. Ela concordou com um *“hummm hummm”*.

Após algumas sessões (semanas), Flor disse que tinha sido convidada a passar um final de semana em um hotel com a “moça casada do aplicativo”, já que sua esposa e filha estariam viajando e ela estava disposta a ir para conhecê-la melhor. Foi perguntado se não tinha medo desta pessoa não ser quem dizia ser, se não seria melhor esperar um pouco mais. Sorriu e disse que estava emocionada pela preocupação e cuidado. Disse ainda que queria arriscar e que daria o endereço a um amigo; caso algo acontecesse, ele saberia onde procurá-la.

Na sessão após o encontro, chegou sorridente e dizendo que tinha sido bom, conversaram muito, mas não sabia ao certo o que estaria sentindo. A “moça casada

do aplicativo” disse que não poderia ser vista com ela, pois já era casada, mas que queria continuar a se encontrar com ela desta forma. Flor foi questionada sobre o que ela estava esperando desta relação, já que ela a convidou para sair sozinha e ainda mentiu para a esposa. Flor ficou reflexiva e disse que não tinha pensado por este ângulo. Disse que se sentiu como uma pessoa que vai ser guardada na geladeira e usada quando for conveniente, que iria passar a semana refletindo sobre tudo que foi conversado e ver o que faria.

Na sessão seguinte, foi perguntado como tinha sido e disse:

Ah, eu tomei coragem e conversei, não é?! (Riso). Aí enfim, ela ficou de boa, assim... Ela só ficou achando que eu estava sendo muito emocional, que não sei o quê, eu falei que não, mas que eu achava que eu precisava ser sincera com ela com tudo que estava passando comigo desde o começo do ano, para ela não achar que eu estava de boa, sabe. Ela deu a entender que... não assim, que estava a fim, mas que a gente está na mesma. Então não tem como os afetos não se afluarem, assim, sabe...

Foi questionada se a moça tinha dado a entender que ambas estariam disponíveis e ela respondeu:

É, isso, exatamente, essa é a palavra. Mas a gente está conversando ainda, ela perguntou: você prefere que eu me afaste?” Eu falei: não, acho que essa decisão é mais sua do que minha.... Aí ela falou assim: “só que eu queria me afastar”. Eu falei: “Está bom!”. Só que a gente está falando todo dia, ainda.

Flor foi provocada a pensar e refletir durante a semana, se estivesse disposta, se a procura deste relacionamento já começou sem ela “enxergar” no aplicativo se a outra era casada ou não, e se não seria uma forma de ela reviver o relacionamento anterior. Ela disse que seria interessante pensar sobre e faria o dever de casa. No final, a psicoterapeuta disse que estava muito orgulhosa da sua coragem em se apropriar de sua vida e desejos, conseguir dizer o que queria em um relacionamento e partir sem cortar os laços de uma possível amizade. Flor disse que estava emocionada e que iria chorar. Então, Flor de fato chorou.

Passadas algumas sessões, Flor disse à psicoterapeuta:

Nossa, eu fiquei a semana inteira pensando em você, você acredita? Uma epifania... É um vídeo que fala sobre cordão umbilical... Ele é bem forte, na real, bem forte, e esse vídeo ficou reverberando em mim.

Flor perguntou se podia escrever, não queria falar em voz alta. Ela escreveu:

Não quero ser igual a minha mãe que me suga, depende de mim para tudo e estar em um relacionamento desta forma, eu não quero, acho que isto me faz

fugir dos relacionamentos. Isso é uma coisa que me sufoca um pouquinho, não é?! Assim, na verdade é um poucão, não é?!

Flor foi questionada se não seria um padrão, muito parecido com a dinâmica de sua mãe, já que além de ela ser dependente, ela vive sem ter um relacionamento amoroso desde o seu nascimento.

Refletiu-se junto com Flor descrevendo, conforme pontuado sobre seu relacionamento anterior, que ainda sofria pelo rompimento; foi ela quem se revelou ser emocionalmente dependente e sempre queria estar sozinha com uma delas, causando ciúmes e brigas entre o casal, até que resolveram romper as relações com ela. E ela respondeu:

Então, isso me assusta muito, na verdade. Nossa, quando eu pensei sobre isso, eu fiquei muito assustada, muito assustada. Eu acho que esses sentimentos de raiva me travam para os relacionamentos, sabe, e aí sempre quando eu penso na... (ex do poliamor) para mim é muito louco isso.

Disse ainda se sentir sem raiz, sem firmeza no solo. Como uma árvore sem raízes. Que o fato de não saber sua origem a deixa desamparada, como se não tivesse uma história familiar, não pertencesse a nada; e isto a deixava angustiada, com raiva da mãe por nunca lhe contar a verdade; e acredita que teria sido melhor se a mãe a tivesse abortado.

Após algumas sessões, Flor relatou que estava tendo uma semana triste, pois sua ex (do poliamor, que é casada) lhe enviou mensagem e retomaram o contato, apenas virtual, mas fazendo com que se sentisse pior do que antes, devido à saudade e ao desejo de estar junto dela. Demonstrou insegurança quanto a ela, pois parece impossível que um dia possam ficar juntas. Foi levada à reflexão sobre a possibilidade de futuras frustrações amorosas, e se ela não estaria vendo esperança onde não existe.

A análise das queixas de Flor configurou como demanda a contradição entre suas escolhas amorosas e o seu desejo real. Isso, porque, quando diz ser praticante de poliamor, acaba contrariando seus desejos, já que sempre se envolve com apenas uma das parcerias amorosas; além de romper com o padrão heteronormativo, definindo-se como lésbica. Também se apresentaram as contradições entre conquista de espaços sociais (estudo e trabalho) e os sentimentos de não pertencimento e de menor valia; entre direitos e ter uma origem familiar reconhecida.

Por ter mais consciência de seus direitos, Flor sofre muito com a desigualdade social. Os jovens das periferias que estudam em escolas públicas muitas vezes ainda

trabalham para ajudar no sustento de suas famílias, veem seus desejos e anseios lançados à míngua por uma sociedade desigual e injusta, sendo este um ponto importante deste caso, emergindo a questão da meritocracia e da inclusão/exclusão social, como apontado por Sawaia (2002), com um sofrimento ético-político pela inclusão que exclui.

Outra evidência foi o desejo de conhecer a história de sua família, pois tem contato apenas com sua genitora. Não conseguindo verbalizar, escreveu que seria fruto de um suposto abuso sexual e por isto não sabe nada de seu pai. Mas sua questão vai além de saber sobre seu pai, é em saber sobre a história, as origens de sua mãe e sua, pois se sente alienada quanto a seu histórico familiar. Não saber a faz se sentir como uma árvore sem raiz. Sente a necessidade de pertencer a um sistema familiar e, provavelmente, acredita que, se souber sobre sua família, poderá ressignificar sua existência e trabalhar sua subjetividade. Acredita assim que sua baixa autoestima está relacionada às incertezas da vida de sua mãe. Desse modo, ignora e reproduz sem criticar, inconscientemente, os processos ideológicos de autorresponsabilização decorrentes da desigualdade estrutural dos mecanismos de dominação-submissão–exploração presentes na nossa sociedade brasileira classista.

Flor sente-se desamparada em todos os aspectos de sua vida, privada de conhecer sua herança histórica, de emprego, atividades culturais, entre muitos outros, de modo que esta privação atua infligindo sobre o sujeito uma vida carregada de estigmas e invisibilidades perante a sociedade. Geralmente, o jovem nessa situação passa a se ver pelo olhar do outro. Erving Goffman (2008) pontua que os estigmas são marcas sociais construídas historicamente para a sujeição dos indivíduos e exercício de poder.

É importante discorrer um pouco sobre as diferenças que existem entre os jovens de classe social mais favorecida e os menos favorecidos na linha de largada, para o acesso ao ensino superior de qualidade e a melhores condições de trabalho.

Flor: a desigualdade social e a meritocracia

De acordo com Pieczarka (2009), desde o seu nascimento, o homem faz parte de um grupo social com regras, normas e práticas próprias. É só no decorrer de seu desenvolvimento que ele começa a construir modelos de representações do mundo

em que vive. Nesse processo, apropria-se dos significados sociais e das relações nas quais está inserido, configurando seu modo singular de existir, de sentir e de pensar.

Não há como deixar de pontuar o contraste que Flor sentiu e que, provavelmente, fez com que se sentisse fora do padrão de normalidade dentro da universidade pública de elite em que estuda.

O acesso às universidades públicas ainda é um caminho único e estreito que favorece uma classe econômica mais abastada, sendo ainda uma minoria da sociedade brasileira. Os jovens das periferias que estudam em escolas públicas, e muitas vezes ainda trabalham para ajudar no sustento de suas famílias, veem seus desejos e anseios tolhidos por uma sociedade desigual e injusta. Muitas vezes, o jovem trabalha e ainda paga por seu cursinho pré-vestibular para conseguir ingressar em uma universidade pública e, principalmente, conseguir concluí-la, pois o curso escolhido precisa ainda ser compartilhado com uma carga horária puxada de trabalho, dificultando em muitos casos a dedicação. Muitos ainda moram distante, nos extremos da cidade, tendo que passar horas no transporte público e ficando sempre para trás nos estudos, no trabalho, nas relações.

O oposto ocorre com os jovens que nascem em famílias com melhores condições financeiras, com acesso às melhores instituições de ensino e, geralmente, com uma lista privilegiada de contatos profissionais; portanto, maiores são as chances de impulsionar a carreira profissional, sem falar que muitos destes jovens já são preparados desde a infância a assumir postos de comando, de liderança, tornando a competição desigual. Para Souza (2009), a classe média, diferentemente da classe alta, reproduz-se pela transmissão afetiva, que não é perceptível no dia a dia “do universo privado da casa, das pré-condições que irão permitir aos filhos dessa classe, competir, com chances de sucesso, na aquisição e reprodução de capital cultural”.

O filho ou filha da classe média se acostuma, desde tenra idade, a ver o pai lendo jornal, a mãe lendo um romance, ao tio falando inglês fluente, ao irmão mais velho que ensina os segredos do computador brincando com jogos. O processo de identificação afetiva – imitar aquilo ou quem se ama – se dá de modo “natural” e “pré-reflexivo”, sem a mediação da consciência, como quem respira ou anda, e é isso que o torna tanto invisível quanto extremamente eficaz como legitimação do privilégio. Apesar de “invisível”, esse processo de identificação emocional e afetiva já envolve uma extraordinária vantagem na competição social seja na escola, seja no mercado de trabalho em relação às classes desfavorecidas. Afinal, tanto a escola quanto o mercado de trabalho irão pressupor a “in corporação” (tornar “corpo”, ou seja, natural e automático) das mesmas disposições para o aprendizado e para a concentração e disciplina que são “aprendidos”, pelos filhos dessas classes privilegiadas,

sem esforço e por mera identificação afetiva com os pais e seu círculo social (SOUZA, 2009, p. 12).

É indiscutível que há um abismo entre estas realidades e que são bem distintas. Infelizmente, ainda de modo ideológico, a meritocracia impregna diversas instituições, causando sofrimento e culpa em muitos jovens; provavelmente, esta é uma das questões de Flor.

Em seus relatos, Flor disse ter o desejo de conhecer a história de sua família, pois tem contato apenas com sua genitora. Comentou como sua mãe é muito vaga quando interrogada sobre a vida, e que o único detalhe compartilhado, após muita insistência, foi de que ela seria fruto de um suposto abuso sexual, por isto não sabe nada de seu pai (sic). Mas sua questão vai além de saber sobre seu pai, está em saber sobre a história de sua mãe e que isto lhe faz se sentir como uma árvore sem raiz, razão por que acredita que sua baixa autoestima está relacionada às incertezas da vida de sua mãe.

Na perspectiva da psicologia crítica, o indivíduo é ativo, pois a partir da apropriação da cultura e da história, participa do processo de modificação do ambiente, bem como também é modificado por ele. Flor reproduz na sua configuração subjetiva o sentimento de menor valia e insegurança, como apontam Camardelo e Peruzzo (2009), decorrentes da pobreza, que a impede de estar e se sentir como igual [aos seus colegas da universidade e dos alunos da escola de elite na qual trabalha] na sociedade, de modo que pudesse fazer parte da comunidade e desenvolver suas habilidades e talentos; literalmente, sente-se e é excluída.

Podemos observar esse processo, pois, embora Flor esteja trabalhando como professora de História da Arte, atribui a si a culpa e responsabilidade por estar na condição em que se encontra, visto que optou por fazer um curso de História, que poderia conciliar com uma rotina de trabalho e teria maior chance de passar no vestibular. Por ser um curso menos concorrido, isso a fez se sentir menos capaz e pouco autoconfiante, sendo este um comentário verbalizado por ela em alguns atendimentos.

Esse processo de dominação-submissão-exploração classista pode ser questionado ao ouvi-la e validar suas emoções, pois ela não se sentia reconhecida como alguém com valor, como alguém com qualidade e potência, mas alguém sem conquistas relativas e significantes, um nada. Também não se sentia amada e desejada em suas relações amorosas.

Neste sentido, dar ouvido a suas angústias, reforçar sua potência criativa e, principalmente, a capacidade para executar seus planos e objetivos foi algo importante para que ela retomasse os pontos primordiais de suas conquistas, que não estavam sendo valorizadas por ela. Como técnica reflexiva – mediadora para ressignificações e apropriação de si – foi solicitado que anotasse todas as conquistas e os meios que usou para obter êxito. Na experiência em praticar a técnica, Flor pôde perceber todas as suas conquistas, as quais incluem os caminhos que percorreu para estudar em uma universidade pública, e se percebeu com capacidade para executar seu trabalho como professora em um colégio conceituado na cidade de São Paulo. Com isso, a ansiedade foi diminuindo, dando espaço para se constituir com autonomia e protagonismo, com maior consciência de si mesma.

Acerca deste processo, Butler (2017, p.31) informa que: “A consciência é o meio pelo qual o sujeito se torna objeto para si, refletindo sobre si mesmo, estabelecendo a si mesmo como refletivo e reflexivo”. Por meio do manejo clínico, ela pôde mergulhar no que foi vivido, buscando ter melhor compreensão de suas demandas e vislumbrar possíveis possibilidades para o seu futuro, podendo assim sonhar e até renovar sua realidade atual. Mostrou-se, com muita frequência, emocionada e chorosa quando reconhecida e validada no encontro psicoterapêutico. O terapeuta como mediador, o Outro na relação, permitiu que Flor começasse a perceber-se como sujeito de valor, de potência; seu choro indicava essa nossa vivência, propiciada pelo encontro terapêutico.

Um ponto muito importante que foi trabalhado – mas ainda há muito a ser trabalhado, pois o processo continua – é sua autoestima, a forma como ela se vê e se coloca nas relações de trabalho e com amigos. As consequências de sua baixa autoestima ficam evidentes também em suas relações amorosas, pois constantemente coloca-se em segundo plano, buscando relações que não satisfazem suas necessidades, mas que deixam Flor em vivências contraditórias, de repetição de padrões de envolvimento e de escolha da parceria amorosa. A experiência dessa contradição nesse cenário acaba com sua confiança e faz com que o senso de valor próprio fique cada vez mais distorcido, gerando sofrimento e o sentimento de não pertencimento.

A importância de uma autoestima positiva e potente é a base para nossa capacidade de responder ativa e positivamente às oportunidades que surgem em nosso caminho, seja no trabalho, no amor ou nas relações de modo geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar o tema das identidades e da sexualidade à luz dos pressupostos da Psicologia Sócio-histórica representa um trabalho árduo. Isto, porque produzir uma visão crítica sobre os processos de formação da dialética consciente vs inconsciente implica considerar estas categorias de aprendizagem como balizadoras e inseridas nas organizações sócio-históricas expressas nos modos de produção.

Trata-se de uma temática complexa, que possui diversas amarras e nexos de significação ao longo da história humana, que devem ser percebidos em sua inscrição social, a qual carrega em seus modos de produção as ferramentas e instrumentos que estruturam o pensamento.

Neste sentido, em primeira instância, é preciso desnudar o que é apresentado como natural, como evidente, para, a partir dessas indagações, expor modos de compreensão e alteração da realidade pautados em sua própria materialidade e historicidade. Trata-se, sobretudo, de considerar o materialismo-histórico-dialético e o constante devir humano, percebendo a realidade não como dada, mas como um processo articulado que deve ser desvelado e enfrentado, a fim de produzir um salto qualitativo que permita apropriação da realidade; por consequência, produz-se também a emancipação de processos de subjetivação.

No que diz respeito aos estudos de caso tomados para análise, a importância destes conteúdos fica evidente: a categoria historicidade é posta como centralizadora nos casos explorados, evidenciando que esta resguarda o movimento dialético de formação das categorias de sentido nas expressões de gênero e nas vivências constitutivas do processo de identidade dos sujeitos.

É explícito que desnudar processos pertencentes ao ordenamento social que, por sua vez, é travestido como lógica dominante imposta pelo capital, implica perceber a história como categoria analítica, justamente porque é através dela que o sujeito se apropria dos nexos configurados ao longo de sua vida e aproxima-se da emancipação sobre as lógicas dominantes, apropriando-se então da sua própria vida.

Para tanto, é necessário invocar as relações de gênero e as práticas sexuais, tal como feito nos casos analisados. É notório que a sexualidade representa categoria fundante na constituição do psiquismo, sendo que suas configurações são investigadas desde os primeiros pensadores que se dedicaram à questão da subjetividade.

Na atualidade, é possível depreender como tal questão é permeada ainda pelas relações de gênero e pelas identidades sociais - algo que, no início das investigações nesse âmbito não era claro. Tal noção complexifica ainda mais a questão sobre a constituição subjetiva e, por consequência, as análises realizadas.

Acerca dos casos apresentados, tais nexos representam conteúdo basilar nas configurações dos sujeitos sobre si mesmos e sobre si vistos pelos outros. No caso Joaquim, as amarras da constituição da masculinidade imputam a ele desempenhar papéis que ultrapassam suas vontades e desejos, mas, apesar do sofrimento, há insistência em performar o modelo de masculinidade inscrito na realidade brasileira.

É oportuno dizer que Joaquim percebeu a constituição da dinâmica que guia seu pensamento, o que se deu através da categoria analítica da historicidade – que permite apropriação do processo de constituição das identidades de gênero e das performances sexuais. A partir disso, pôde apropriar-se de sua própria história, tomando as rédeas de seus desejos e rompendo com a lógica de produção do sofrimento. Em síntese, é perceptível que há um deslocamento das ações unicamente viável por meio da apreensão dos mecanismos de constituição do próprio sujeito.

Já em se tratando do caso Flor, percebe-se uma ruptura de alguns modelos organizados socialmente, o que é ratificado em sua história, quando se reflete sobre o suposto abuso sexual de que ela foi fruto e o seu desejo em conhecer sua história pessoal.

Nesta situação, a categoria analítica história e a dinâmica do processo de configuração das identidades permitem a proposição de dinâmicas criativas e potencializadoras daquelas categorias que produzem angústia e causam sofrimento, uma vez que através da história pregressa é possível transformar e conceber novos sentidos acerca da organização psíquica.

Ademais, através dos mecanismos de criação sobre a história pregressa, que só é viável quando elencada a historicidade como categoria analítica, Flor se apropriou dos discursos que a constituem e se percebeu como protagonista de sua vida, firmando escolhas mais conscientes sobre suas relações. É a partir disso que Flor enfrentou e superou dificuldades e queixas de sua vida, que se apresentavam como frutos de insegurança no trabalho e diminuição da autoestima.

Então, é pautado nestas contribuições analíticas que o presente trabalho se dedicou a atender os casos em questão, percebendo sujeitos não a partir de

categorias eurocentradas e estigmatizantes, mas sim através de uma lógica relacional, que carrega o potencial de alteração em sua própria constituição.

Então, empenhar-se neste labor representa auxiliar na produção de subjetividades que se dediquem ao questionamento e se atentem ao diálogo e à troca como meio de desenvolvimento qualitativo. Ademais, significa romper com a lógica burguesa e eurocêntrica tão presente na formação em Psicologia, que percebe esta ciência ainda como um produto da ciência positivista.

Isto posto, é evidente expor o quão necessário é um aprofundamento sobre as técnicas e ferramentas que permitem romper com tal lógica. A presente pesquisa permite problematizar essa lógica e apresentar técnicas que vão ao encontro da eliminação do modo de pensar positivista, pautado no modelo biomédico.

Produzir a presente pesquisa permitiu perceber a potência da Clínica em Psicologia Sócio-histórica, ao passo que emergiram alguns limites, o que evidencia a necessidade da continuidade desses estudos. Especificamente, no que diz respeito à prática psicológica.

Apesar dos entraves, constata-se que a clínica nestes moldes produz alterações nos sujeitos e permite que estes saltem qualitativamente sobre suas queixas, diminuindo o sofrimento e aumentando o nível de apropriação da realidade, algo capaz de permitir a transformação em sua mudança psíquica.

Por fim, identifica-se que a Clínica em Psicologia Sócio-Histórica carrega uma potencialidade significativa, observados os parâmetros de constituição das subjetividades brasileiras, pois se trata de um pressuposto pensado para estes grupos, já que compreende a formação dos processos de mediação neste recorte social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 95, p. 161-190, 1996.
- AMARAL, V. L. **Psicologia da educação**. Natal: EDUFRN, 2007.
- APPLE, M. W. et al. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- AZEVEDO, P. Sobre a Exclusão Social. **Research Gate**, [on-line], p. 1-8, jul. 2017. Disponível em: <tinyurl.com/m42ya3j5>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecci**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BLANCK, J. G. Teoria e método para uma ciência psicológica unificada. In: SIGUÁN, M. (Ed.). **Actualidad de Lev S. Vigotski**. Barcelona: Antrophos, 1987
- BOCK, A. M. B. **A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOFF, L.; RIBEIRO, L. **Masculino e feminino: experiências vividas**. Rio de Janeiro, Record, 2007.
- BOLLAS, C. **A sombra do objeto**. São Paulo: Escuta, 2015.
- BONILLA, M. H. O Brasil e a alfabetização digital. **Jornal da Ciência**, São Paulo, p.7-21, 2001.
- BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. EDUFBA, 2011.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUTLER, J. **A Vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BUZAN, T. **Mapas mentais**. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.
- CAMARDELO, A. M. P.; PERUZZO, J. F. Exclusão Social: um fenômeno inter-relacional: notas preliminares. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2009.
- CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; FURTADO, O. (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, 2018.
- CONNELL, R. W. **Gender**. Cambridge: Polity Press, 2002.

- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.
- COSTA, L. F. Novas tecnologias de inclusão digital: criação de um modelo de análise. In: BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. L. (Org.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 109-126
- COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. A dialética do conceito de exclusão/inclusão social. In: COSTA, M. I. S.; IANNI, A. M. Z. **Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica**. São Bernardo do Campo: EDUFABC, 2018. p.75-101.
- CRUZ E COSTA, J. H. S. Trajetórias de exclusão social: rupturas de vida e abandono entre usuários de crack. **Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Recife, v. 2, n. 1, p. 178-194, 2018.
- DE BIAGI-BORGES, A. L.; RASERA, E. F. O uso do desenho em terapia de casal. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 495-517, 2017.
- DELARI Jr., A. **Vygotsky: consciência, linguagem e subjetividade**. Campinas: Alínea, 2013.
- DIAS, D. S. F.; DE DEUS, M. M. M.; IRELAND, T. D. A contribuição do uso de dispositivos móveis para um currículo voltado a uma educação transformadora na EJA. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 6, p. 280-291, 2013.
- DODANE, C. A emergência da linguagem: os dados da percepção. In: ROCHA, N.; RODRIGUES, A.; CAVALARI, S. (Org.). **Novas Práticas em pesquisa sobre a linguagem: rompendo fronteiras**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 71-92.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Joinville: Clube de Autores, 2009.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo, Elefante, 2017.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: uso dos prazeres**, 10. ed. São Paulo: Graal, 2003.
- FURTADO, O. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Org.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 75-93.
- GIL, A. C. **Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. São Paulo: LTC, 2008.
- GOMES, N. G. Computador na escola: novas tecnologias e inovações educacionais. In: BELLONI, M. L. (Org.). **A formação na sociedade do espetáculo**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 119-134.
- GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- GONZÁLEZ REY, F. **Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia**. São Paulo: Cortez, 2011.

GREGORI, M. F. **Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade**. 2010. Tese (Livre-Docência em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

GUENKA, T. T.; KAHHALE, E. M. S. P. The Body on the internet. In: THE FIFTH INTERNATIONAL LURIA MEMORIAL CONGRESS, 2017, Yekaterinburg. **Proceedings...** Yekaterinburg: Yeltsyn Ural Federal University, 2017.

GULO, C. A. S. J. et al. Utilizando Gcompris na escola. In: ENCONTRO NACIONAL DE INFORMÁTICA E EDUCAÇÃO, 2., 2011, Cascavel. **Anais...** Cascavel: Unioeste, 2011. p. 225-264, 2011.

HARVEY, David. Política Anticapitalista em Tempos de Covid-19. In: DAVIS, Mike et al. **Coronavírus e a luta de classes**. [S. l.]: Terra sem Amos, 2020. p. 13-24.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo. 2010 [2018]. **IBGE**, on-line, [2019]. Disponível em: <tinyurl.com/xd5n4p7d>. Acesso em: 15 nov. 2020

JORGE, M. A. C.; TRAVASSOS, N. P. **Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

KAHHALE, E. M. S. P.; NISHINO, G. K. Y. Settings of subjectivity present on the internet with emphasis on the dimension of sexuality from the feminine point of view. In: THE FIFTH INTERNATIONAL LURIA MEMORIAL CONGRESS, 2017, Yekaterinburg. **Proceedings...** Yekaterinburg: Yeltsyn Ural Federal University, 2017.

KAHHALE, E. M. S. P.; ALMADA, F. S. F. Expressions of gender relations and affective-sexual relationships made possible by the internet under the male perspective. In: THE FIFTH INTERNATIONAL LURIA MEMORIAL CONGRESS, 2017, Yekaterinburg. **Proceedings...** Yekaterinburg: Yeltsyn Ural Federal University, 2017.

KAHHALE, E. M. S. P.; MONTREOZOL, J. R. A clínica na psicologia sócio-histórica: uma abordagem dialética. In: TOASSA, G.; SOUZA, T. M. C.; RODRIGUES, D. J. S. (Org.) **Psicologia sócio-histórica e desigualdade social: do pensamento à práxis**. Goiânia: Editora Universitária, 2019. p. 191-211.

KAHHALE, E. M. S. P.; ROSA, E. Z. A construção de um saber crítico em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. (Org.). **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura Sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2009. p 19-53.

KAHHALE, E.M.P. Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: BOCK, A.M.B; GONÇALVES, M.G.M; FURTADO, O. (Orgs.) **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOHL, M. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo Sócio-histórico**. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

LANE, S. T. M.; CAMARGO, D. Contribuição de Vygotski para o estudo das emoções. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. (Org.). **Novas Veredas em Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 115-135.

LANE, S. T. M. A mediação emocional na construção do psiquismo humano. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. (Org.). **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 55-67.

- LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 78-99.
- LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. Avanços da Psicologia Social na América Latina. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. (Org.). **Novas Veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 67-83.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2009.
- LEÃO, I. B. Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA LINHA DE PESQUISA E EDUCAÇÃO E TRABALHO, 2006, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: PPGEdU/UFMS, 2006.
- LEONTIEV, A. **Atividade, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ciencias del Hombre, 1978.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e História**. 5. ed. São Paulo: Presença, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Editora: Cosac Naify, 2015.
- LÉVY, P. **A conexão planetária: o mercado, o ciberespaço e a consciência**. São Paulo: Editora 34, 2001.
- LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 35-83
- LOWEN, A. **A espiritualidade do corpo: Bioenergética para a beleza e a harmonia**. Rio de Janeiro: Summus, 2018.
- MACHADO, B. Colagem, o olhar terapêutico: recurso da arteterapia. **Revista Eletrônica S@ber**, Londrina, vol. 50, p. 1-22, 2019.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Acción y ideología**. San Salvador: UCA, 1985.
- MARX, Karl; ALVES, Maria Helena Barreiro. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins fontes, 1983.
- MESSNER, M. A. **Power at Play: Sports and the Problem of Masculinity**. Boston: Beacon, 1992.
- MONTREOZOL, J. R.; KAHHALE, E. M. S. P. Identidade Sexual: metamorfose-emancipação a partir do Materialismo Histórico-Dialético. In: OLIVEIRA, A. S. (Org.). **Psicologia Sócio-Histórica e o contexto da desigualdade psicossocial: teoria, método e pesquisa**. Maceió: EDUFAL, 2017. p. 45-67.
- MONTREOZOL, J. R. et al. **A Dialética Consciente-Inconsciente no Desenvolvimento da Identidade Sexual: aportes sócio-históricos à práxis clínica psicoterápica**. 2019. 203 f. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2019.
- MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- NADER, M. B.; CAMINOTI, J. M. Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2014.
- NASCIMENTO, J. M. M.; LOPES, P. T. C. Educação de Jovens e Adultos (EJA): O Perfil Tecnológico. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 4, n. 3. p. 50-62, 2013.

- NEWMAN, F.; HOLZMAN, L. **Lev Vygotsky: cientista revolucionário**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
- NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Rocco: Rio de Janeiro, 1993;
- OLIVEIRA, I. A.; MAIA, L. M.; LIMA, T.; SOUZA, J. “Fez um bom proveito das cotas” uma análise da relação entre meritocracia e racismo. In: LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; DE FRANÇA, Dalila Xavier; FREITAG, Raquel Meister Ko. **Processos psicossociais de exclusão social**. Editora Blucher, 2020.
- OLIVEIRA, P. P. Discursos sobre a masculinidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 91-112, 1998.
- PERAZZO, P. F. Narrativas Oraís de Histórias de Vida. **Comunicação & Inovação**, Santa Cruz do Sul, v.16, n. 30, p. 121-131, p. jan./mar. 2015.
- PIECZARKA, T. **Concepções de desigualdade social e mobilidade socioeconômica de adolescentes de escola pública de Curitiba**. 2009. 257 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- PINTO, H.; GUERREIRO, J. A. Da revolução de abril aos tempos da austeridade em Portugal: Um retrato da pobreza, exclusão social e desigualdades. **Práxis Sociológica**, Ciudad Real, n. 20, p. 169-198, 2016.
- POMPÉIA, J. A; SAPIENZA, B. T. **Na presença do sentido: uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas**. São Paulo: EdEDUSP, 2010.
- REZENDE, D. S. B. **A produção simbólica da miséria e dos miseráveis: estado, mídia e população**. 2019. 208 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.
- ROBLES, M. **Mulheres, mitos e deusas: o feminino através dos tempos**. São Paulo: Aleph, 2006.
- ROSSI, A. D. Sob a égide de Afrodite: o espaço feminino em o despertar de Kate Chopin. **Revista de Letras**, Araraquara, v. 50, n.1, p 199-215, jan./jun. 2010.
- RUBIN, G. The traffic in women: notes on the political economy of sex. In: REITER, E. **Towards an anthropology of women**. New York: Monthly Review, 1975.
- SABO, D.; GORDON, D. F. (Ed.). **Men’s Health and Illness: Gender, Power and the Body**. Thousand Oaks: Sage, 1995
- SAFFIOTI, H. I. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.
- SANTOS, J. D. A.; ROSA, A. C.; MELO, A. K. D. O uso das tecnologias na Educação de Jovens e Adultos: reflexões sobre um relato de experiência. In: SIMPÓSIO EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 3., 2012, Aracaju. **Anais...** Aracaju: GECES/UNIT 2012.
- SANTOS, L. G. e LEÃO, I. B. O inconsciente sócio-histórico: aproximações de um conceito. **Psicologia & Sociedade**, vol. 26, núm. 2, 2014, pp. 38-47. Minas Gerais: Associação Brasileira de Psicologia Social, 2014.
- SANTOS, S. K. B. M. M. O Que é ser negro no Brasil? Uma reflexão sobre o processo de construção da identidade do povo brasileiro. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v.2, n.1, p. 1-12, 2012.

SCHWALBE, Michael. Male supremacy and the narrowing of the moral self. **Berkeley Journal of Sociology**, v. 37, p. 29-54, 1992.

SAWAIA, Bader Burihan. A consciência em construção no trabalho de construção da existência: uma análise psicossocial do processo de consciência de mulheres faveladas participantes de movimentos urbanos de reivindicação social e de um grupo de produção de artesanato. **Tese de doutorado em Psicologia Social**. Tomo II. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1987

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão In: SAWAIA, BB **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2002. p. 97-118

SCHUCMAN, L. V. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo"**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 160 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVEIRA, S. A. Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias. In: BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. L. (Org.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 49-59

SKELTON, A. On becoming a male physical education teacher: the informal culture of students and the construction of hegemonic masculinity. **Gender and Education**, v. 5, n. 3, p. 289-303, 1993.

SOUZA, J. **A rale brasileira**: como é e como vive. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2009.

TOASSA, Gisele. Conceito de Consciência em Vigotski. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 59-83, 2006.

VENÂNCIO, V. M.; KAHHALE, E. M. S. P. CHAGAS, C. S. F. Configurações de subjetividade presentes na internet expressas pela sexualidade e corporeidade sob a perspectiva de relações de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL ABRAPSO, 10., 2019, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABRAPSO, 2019.

VIEIRA, J. A. A identidade da mulher na modernidade. **DELTA**, São Paulo, v. 21, n. esp., p. 207-238, 2005.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKY, L.S. La imaginación y el arte en la infancia. Ediciones Akal, 2003.

VIGOTSKI, L. S. Desarrollo de las funciones psíquicas superiores en la edad de transición. In: VIGOTSKI, L. **Obras escogidas IV: psicología infantil**. 2. ed. Madrid: Visor y A. Machado Libros, 2006.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Sexual health, human rights and the law**. Geneva: WHO, 2015.

ANEXOS

Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO A CLÍNICA DA SEXUALIDADE NA PSICOLOGIA SOCIO HISTÓRICA: RACIOCÍNIO E MANEJO

Oi _____ prazer em te conhecer, eu sou _____, psicóloga/o e este é a/o _____ meu colega de profissão, ele está fazendo curso de Psicologia aqui na PUCSP. Nós faremos seu atendimento juntos e fazemos parte de um grupo que se chama Laboratório de Estudos Sobre Saúde e Sexualidade, coordenado pela Profa Edna Peters Kahhale .

Sabemos que você já esteve ou se inscreveu na clínica da PUC, informou sobre suas questões de vida e afetivas e foi encaminhada/o para psicoterapia. Então começaremos a partir daí: você nos contará como está atualmente, o que está acontecendo na sua vida. Mas, antes de começarmos gostaria de explicar sobre nosso trabalho, como vamos funcionar. Nós estamos aqui para trabalharmos juntos. Quem mais sabe de você é você mesmo e não nós! Nós sabemos de Psicologia mas não temos todas as respostas. Será com nosso diálogo e reflexão que construiremos as respostas que busca.

O que estamos propondo é que você trabalhe conosco em dupla num processo de assistência com pesquisa em que a/o _____ estará assistindo e participando dos nossos atendimentos e transcrevendo as nossas sessões, para que eu possa estar absolutamente centrada/o no nosso atendimento. Você tem total liberdade para ver as nossas anotações, como também para pedir para retirar ou incluir questões nestas anotações.

Resposta da/o Cliente: _____ - _____

Nesse processo de qualificação de nosso atendimento passaremos por supervisão clínica em nosso grupo de pesquisa e para isso levaremos o que estamos trabalhando a fim de melhorar a qualidade de nossa assistência a você. Para evitar que seu nome seja citado e você exposta/o em geral combinamos junto um codinome, ou seja, um outro nome para nos referirmos a você nas discussões de supervisão/orientação. O que você acha? Qual codinome voce quer para você? Também pode pensar e retomamos no nosso próximo encontro,

Resposta da/o Cliente: _____.

Nossos atendimentos acontecerão de 15 em 15 dias via on line (plataforma Whatsapp ou Meet), no dia e horário que combinarmos. Esses encontros tem duração de 50 minutos. Caso não possa participar do encontro você pode nos avisar por Whatsapp. Saiba que a todo momento você pode contar conosco e que pode nos contatar caso tenha alguma urgência. A universidade tem uma regra de desligamento do cliente caso ele falte duas vezes consecutivas sem avisar. O que você acha? Aceita participar desse processo de assistência em suas demandas de psicoterapia?

Resposta Cliente: _____

E importante que você saiba que preservamos e mantemos a identidade de todos os participantes/clientes, por isso, fique tranquila/o, seu nome jamais será revelado ou exposto em nossos relatórios ou publicações. Ao longo do processo, você ainda pode deixar de responder alguma questão ou manter em sigilo qualquer informação que seja de natureza íntima e que possa lhe causar qualquer tipo de constrangimento ou desconforto. Você também pode solicitar o encerramento e/ou a interrupção dos atendimentos, retirando o seu consentimento em qualquer momento sem nenhuma penalização.

Resposta Cliente: _____

Devo ressaltar que você tem direito a acessar todo esse material a hora que bem entender. Também deixaremos com você uma cópia desse termo e os contatos da Coordenadora do nosso trabalho para qualquer questão que queira tratar, além de mim. O nome dela é Edna Kahhale e o contato pode ser feito por email: ednakahhale@pucsp.br

Resposta Cliente: _____.

Gostaria de esclarecer que todo trabalho é acompanhado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, que é composto por profissionais qualificados da universidade, que trabalham para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados, avaliando se a a s s i s t ê n c i a /pesquisa foi planejada e está sendo executada de forma ética. Se você achar que a a s s i s t ê n c i a / pesquisa não está sendo realizada da forma como imaginou, ou estiver sendo prejudicada de alguma forma, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, à Rua Ministro Godói, 969, Térreo, Sala 63C, Perdizes, São Paulo/SP, CEP 05015-001, Tel. (11) 3670-8466, e-mail cometica@pucsp.br

Termo de compromisso

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro, para os devidos fins, que eu, (nome completo)

(nacionalidade) _____, residente em (endereço completo) _____

_____, CRP nº _____, CPF nº _____,

declaro que de posse da anuência e autorização do meu cliente/paciente Sr(a) _____, estou disponibilizando resultados de testes ou técnicas psicológicas, no todo ou em partes, para uso em procedimentos informatizados de levantamento de dados e apuração em processos de avaliação psicológica. Garanto a manutenção do sigilo profissional dos dados coletados e informados e a guarda desse documento, conforme preceitos do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Outrossim, declaro estar ciente de que a inobservância deste Termo de Compromisso constitui falta ético-disciplinar, passível de capitulação nos dispositivos referentes ao exercício profissional do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Local e data: _____, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do psicólogo

Assinatura do usuário